

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	18
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	120

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	55.521.868
Preferenciais	53.958.180
Total	109.480.048
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.054.886	1.126.600
1.01	Ativo Circulante	455.087	493.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.717	234.209
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.909	1.060
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.909	1.060
1.01.06.01.01	Ativo Fiscal Corrente	1.909	1.060
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.403	1.520
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	1.403	1.520
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	448.058	257.102
1.01.08.03	Outros	448.058	257.102
1.01.08.03.01	Outros Créditos	31.011	31.031
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	27.139	27.139
1.01.08.03.04	Partes Relacionadas	30.736	21.455
1.01.08.03.05	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	190.558	177.359
1.01.08.03.06	Despesas Antecipadas	748	118
1.01.08.03.07	Debêntures Privadas	167.866	0
1.02	Ativo Não Circulante	599.799	632.709
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	163.252	159.345
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	259	254
1.02.01.03.01	Titulos Mantidos até o Vencimento	259	254
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	156.423	156.229
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	156.423	156.229
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.570	2.862
1.02.01.10.03	Outros créditos	60	60
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	6.510	2.802
1.02.02	Investimentos	430.800	468.337
1.02.02.01	Participações Societárias	430.800	468.337
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	430.800	468.337
1.02.03	Imobilizado	5.747	5.027
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.648	2.842
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	997	131
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.102	2.054

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.054.886	1.126.600
2.01	Passivo Circulante	407.482	417.407
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.833	9.061
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.833	9.061
2.01.02	Fornecedores	7.130	33.057
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.130	33.057
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.516	5.374
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.516	5.370
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	4.516	5.370
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	4
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.774	252.303
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	263.774	252.303
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	263.774	252.303
2.01.05	Outras Obrigações	108.662	106.155
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.131	49.860
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	52.131	49.860
2.01.05.02	Outros	56.531	56.295
2.01.05.02.04	Arrendamentos a pagar	358	142
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	56.173	56.153
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	12.567	11.457
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	12.567	11.457
2.02	Passivo Não Circulante	1.368.830	1.364.513
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	62.711	62.533
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.589	2.583
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.589	2.583
2.02.01.02	Debêntures	60.122	59.950
2.02.01.02.01	Debêntures privdas	60.122	59.950
2.02.02	Outras Obrigações	873.973	861.271
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	784.001	766.013
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	784.001	766.013
2.02.02.02	Outros	89.972	95.258
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	6.954	7.546
2.02.02.02.04	Arrendamentos a pagar	737	70
2.02.02.02.05	Fornecedores	26.103	31.404
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	56.178	56.238
2.02.04	Provisões	432.146	440.709
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	126.369	129.483
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	96.795	95.094
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.106	7.422
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	21.868	26.403
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	600	564
2.02.04.02	Outras Provisões	305.777	311.226
2.02.04.02.04	Provisões para perda sobre investimento	305.777	311.226
2.03	Patrimônio Líquido	-721.426	-655.320
2.03.01	Capital Social Realizado	3.308.179	3.308.179

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.01.01	Capital Social	3.349.936	3.349.936
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.029.606	-3.963.500

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21	-22
3.02.01	Depreciação e Amortização	-21	-22
3.03	Resultado Bruto	-21	-22
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-37.713	-19.625
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.096	-17.248
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-379	-334
3.04.03.01	Depreciações e Amortizações	-379	-334
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-198	8
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.040	-2.051
3.04.06.01	Resultado de equivalência Patrimonial	-32.040	-2.051
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-37.734	-19.647
3.06	Resultado Financeiro	-28.372	-10.376
3.06.01	Receitas Financeiras	3.598	30
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.970	-10.406
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-66.106	-30.023
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-66.106	-30.023
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-66.106	-30.023
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,6	-0,72
3.99.01.02	PN	-0,6	-0,72
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,6	-0,72
3.99.02.02	PN	-0,6	-0,72

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-66.016	-30.023
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	10.290
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controladora em conjunto	0	10.290
4.03	Resultado Abrangente do Período	-66.016	-19.733

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-41.281	-10.994
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.705	-12.796
6.01.01.01	Resultado do Período	-66.106	-30.023
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	400	356
6.01.01.03	Juros líquido sobre Partes Relacionadas	20.187	5.545
6.01.01.04	Juros sobre passivo de arrendamento	443	486
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-3.157	-4
6.01.01.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	32.040	2.051
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.400	2.785
6.01.01.15	Atualização sobre Depósitos Judiciais	-98	-8
6.01.01.16	Atualização e Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	1.845	6.273
6.01.01.17	Juros sobre contas a pagar	-2.659	-257
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.617	1.802
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-849	-1
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-630	-534
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	117	-67
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	20	-6
6.01.02.05	(Redução) Aumento em Fornecedores	-25.582	604
6.01.02.06	(Redução) Aumento em Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	-1.684	-853
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Outras Contas a Pagar	-40	572
6.01.02.08	(Aumento) redução em Contas a receber de clientes	0	150
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Salários e férias a pagar	1.641	1.990
6.01.02.14	(Aumento) Redução em Depósitos judiciais	-3.610	-53
6.01.03	Outros	-4.959	0
6.01.03.01	Pagamentos de contingências	-4.959	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-185.773	-365.903
6.02.01	Recursos para futuro aumento de capital	-7.833	-351.731
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-10	-4
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-4.009	-756
6.02.04	Aplicações financeiras	3.152	54
6.02.06	Partes Relacionadas	-9.456	-13.466
6.02.08	Debêntures Privadas	-178.591	0
6.02.09	Debêntures Privadas - valores recebidos	10.974	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.438	412.425
6.03.04	Partes Relacionadas	-182	26.631
6.03.05	Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	389.129
6.03.09	Pagamento de passivos de arredamentos	-3.256	-3.335
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-230.492	35.528
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	234.209	10.070
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.717	45.598

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.308.179	1	0	-3.963.500	0	-655.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.308.179	1	0	-3.963.500	0	-655.320
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.106	0	-66.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.106	0	-66.106
5.07	Saldos Finais	3.308.179	1	0	-4.029.606	0	-721.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.023	10.290	-19.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.023	0	-30.023
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.290	10.290
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	10.290	10.290
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.024.210	-22.180	-1.127.370

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	132	156
7.01.02	Outras Receitas	132	156
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.795	-13.411
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.795	-13.411
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.663	-13.255
7.04	Retenções	-400	-356
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-400	-356
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.063	-13.611
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-28.267	-2.019
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.040	-2.051
7.06.02	Receitas Financeiras	3.773	32
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-32.330	-15.630
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-32.330	-15.630
7.08.01	Pessoal	1.630	3.657
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.535	3.302
7.08.01.02	Benefícios	75	261
7.08.01.03	F.G.T.S.	20	94
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	259	330
7.08.02.01	Federais	259	330
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.887	10.406
7.08.03.01	Juros	29.492	8.110
7.08.03.02	Aluguéis	0	1
7.08.03.03	Outras	2.395	2.295
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.106	-30.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.106	-30.023

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	2.213.930	2.280.703
1.01	Ativo Circulante	580.515	719.423
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	189.419	354.110
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.175	5.278
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.175	5.278
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.175	5.278
1.01.03	Contas a Receber	13.118	6.231
1.01.03.01	Clientes	13.118	6.231
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.225	11.963
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.225	11.963
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.619	1.631
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	1.619	1.631
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	358.959	340.210
1.01.08.03	Outros	358.959	340.210
1.01.08.03.01	Outros Créditos	549	566
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	6.764	0
1.01.08.03.03	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	345.723	335.908
1.01.08.03.05	Despesas antecipadas	5.923	3.736
1.02	Ativo Não Circulante	1.633.415	1.561.280
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	7.986	3.981
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	259	254
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	259	254
1.02.01.07	Tributos Diferidos	256	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.471	3.727
1.02.01.10.04	Outros Créditos	60	60
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	7.411	3.667
1.02.03	Imobilizado	1.625.429	1.557.299
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	367.665	2.841
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	13.190	12.188
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.244.574	1.542.270

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	2.213.930	2.280.703
2.01	Passivo Circulante	679.067	710.304
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.833	9.061
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.833	9.061
2.01.02	Fornecedores	90.131	115.880
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	90.131	115.880
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.148	15.719
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.134	14.411
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	10.134	14.411
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.014	1.308
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	263.979	252.508
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	263.979	252.508
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	263.979	252.508
2.01.05	Outras Obrigações	195.296	187.035
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	52.131	49.860
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	52.131	49.860
2.01.05.02	Outros	143.165	137.175
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	103.056	100.520
2.01.05.02.06	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	39.648	36.418
2.01.05.02.07	Arrendamentos a pagar	461	237
2.01.06	Provisões	5.162	23.465
2.01.06.02	Outras Provisões	5.162	23.465
2.01.06.02.04	Provisão para contrato oneroso	5.162	23.465
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	102.518	106.636
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	102.518	106.636
2.02	Passivo Não Circulante	2.256.289	2.225.719
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	967.515	944.957
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	967.515	944.957
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	967.515	944.957
2.02.02	Outras Obrigações	1.110.477	1.099.694
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	760.936	742.976
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	760.936	742.976
2.02.02.02	Outros	349.541	356.718
2.02.02.02.04	Contas a pagar - CCEE/ Eletrobrás	37.527	38.870
2.02.02.02.05	Fornecedores	194.438	199.276
2.02.02.02.07	Tributos a recolher	12.763	14.221
2.02.02.02.08	Arrendamentos a pagar	14.155	13.240
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	90.658	91.111
2.02.04	Provisões	178.297	181.068
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	178.297	181.068
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	96.795	95.094
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.106	7.422
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	73.796	77.988
2.02.04.01.05	Provisões Administrativas	600	564
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-721.426	-655.320

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.01	Capital Social Realizado	3.308.179	3.308.179
2.03.01.01	Capital social	3.349.936	3.349.936
2.03.01.02	Gasto na emissão de ações	-41.757	-41.757
2.03.02	Reservas de Capital	1	1
2.03.02.07	Reservas de Capital	1	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.029.606	-3.963.500

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	31.392	22.581
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-34.651	-18.657
3.02.01	Depreciação e Amortização	-4.555	-22
3.02.02	Custo de Operação	-5.106	-1.636
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Distribuição	-953	-249
3.02.04	Custo com compra de energia	-24.037	-16.750
3.03	Resultado Bruto	-3.259	3.924
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.201	-9.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.463	-24.352
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	7.262	-12.766
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-506	-462
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	7.768	-12.304
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	27.866
3.04.06.01	Resultado de equivalência patrimonial	0	27.866
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.460	-5.328
3.06	Resultado Financeiro	-52.617	-24.281
3.06.01	Receitas Financeiras	7.601	703
3.06.02	Despesas Financeiras	-60.218	-24.984
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-65.077	-29.609
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.029	-414
3.08.01	Corrente	-1.060	-391
3.08.02	Diferido	31	-23
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-66.106	-30.023
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-66.106	-30.023
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-66.106	-30.023

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-66.106	-30.023
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	10.290
4.02.03	Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	0	10.290
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-66.106	-19.733
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-66.106	-19.733

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-87.844	10.705
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-16.736	-19.309
6.01.01.01	Resultado do Período	-66.106	-30.023
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	5.061	484
6.01.01.06	Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	35.121	14.715
6.01.01.07	Juros sobre Aplicações Financeiras e Cauções	-7.642	-654
6.01.01.09	Juros (líquido) sobre partes relacionadas	20.406	5.545
6.01.01.10	Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	2.188	6.315
6.01.01.11	Apropriação dos Custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	0	124
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-68	50
6.01.01.13	Juros sobre contas a pagar	1.964	1.298
6.01.01.14	Multa sobre ressarcimento	5.002	7.497
6.01.01.15	Atualização e provisão (reversão) CCEE/Eletrobras	4.437	876
6.01.01.16	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-27.866
6.01.01.17	Atualização Depósitos Judiciais	-128	-10
6.01.01.18	Reversão provisão para contrato oneroso	-18.303	1.030
6.01.01.19	Juros sobre passivo de arrendamento	1.332	1.310
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-64.245	-8.909
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber de Clientes	-4.980	-384
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	-262	-1.085
6.01.02.03	(Aumento) Redução em depósitos judiciais	-3.829	-54
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Créditos com Fornecedores	-1.199	-310
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	17	492
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	-2.124	-1.827
6.01.02.07	(Redução) Aumento em Fornecedores	-27.735	-1.253
6.01.02.08	(Redução) Aumento em Outras Contas	2.021	-76
6.01.02.09	(Redução) Aumento em Tributos a Recolher	-5.656	-1.617
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Salários e Férias a Pagar	-2.110	1.349
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Contas a Pagar - CCEE/Eletrobras	-11.624	-4.144
6.01.02.12	(Aumento) Redução em Cauções de depósitos vinculados	-6.764	0
6.01.03	Outros	-6.863	38.923
6.01.03.01	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-645	-470
6.01.03.02	Pagamentos de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-1.259	-1.407
6.01.03.03	Pagamentos de contingências	-4.959	0
6.01.03.04	Dividendos recebidos	0	40.800
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-33.850	7.675
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado em Serviço	-10	-19
6.02.03	Aquisição de Ativo Imobilizado em Curso	-73.566	-4.806
6.02.05	Aplicações Financeiras	39.726	12.500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.961	341.675
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-2.815	-2.782
6.03.04	Pagamento de passivos de arrendamento	-3.971	-3.581
6.03.05	Partes relacionadas	-175	-35

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.03.07	Custos na Captação de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	0	-14.392
6.03.09	Valores Recebidos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	0	362.465
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-128.655	360.055
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	354.110	29.374
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	225.455	389.429

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.308.179	1	0	-3.963.500	0	-655.320	0	-655.320
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.308.179	1	0	-3.963.500	0	-655.320	0	-655.320
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.106	0	-66.106	0	-66.106
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.106	0	-66.106	0	-66.106
5.07	Saldos Finais	3.308.179	1	0	-4.029.606	0	-721.426	0	-721.426

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.919.019	1	0	-3.994.187	-32.470	-1.107.637	0	-1.107.637
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.023	10.290	-19.733	0	-19.733
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.023	0	-30.023	0	-30.023
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	10.290	10.290	0	10.290
5.05.02.06	Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto	0	0	0	0	10.290	10.290	0	10.290
5.07	Saldos Finais	2.919.019	1	0	-4.024.210	-22.180	-1.127.370	0	-1.127.370

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	37.144	24.928
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	33.199	24.126
7.01.02	Outras Receitas	3.945	802
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-33.515	-47.370
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.122	-18.658
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.393	-28.712
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.629	-22.442
7.04	Retenções	-5.061	-484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.061	-484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.432	-22.926
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.943	28.602
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	27.866
7.06.02	Receitas Financeiras	7.943	736
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.511	5.676
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.511	5.676
7.08.01	Pessoal	7.979	7.550
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.413	6.277
7.08.01.02	Benefícios	1.146	937
7.08.01.03	F.G.T.S.	420	336
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.430	3.071
7.08.02.01	Federais	4.430	3.071
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	60.208	25.078
7.08.03.01	Juros	56.258	21.649
7.08.03.02	Aluguéis	14	94
7.08.03.03	Outras	3.936	3.335
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-66.106	-30.023
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-66.106	-30.023

RESULTADO 1T22



São Paulo, 12 de maio de 2022

DESTAQUES DO PERÍODO



Em 15 de fevereiro de 2022, saiu a decisão da arbitragem onde reconhecia a **rescisão** unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia, e no dia 10 de março a decisão foi **suspensa** pelo Superior Tribunal de Justiça.



data o mesmo deixa de fazer parte do Bloco de controle da Companhia.

A Companhia possui hoje 132 MW em **Operação Comercial**, e 64 MWs em **Operação Teste**, todas pertencentes ao Projeto **Alto Sertão III**.



Em 15 de março de 2022, foi homologado o processo de venda da UPI **Cordilheira dos Ventos** para AES no valor de R\$ 42 milhões



Devido a inundação da Casa de Forças da **PCH Colino I**, que fez com que ocorresse a interrupção da produção de energia elétrica, em 05 de maio a **ANEEL** restaurou a operação comercial das unidades geradores da PCH Colino I.



Em 06 de maio de 2022, a **Cemig** alienou a totalidade de sua participação societária na Renova, além de ceder todos seus créditos detidos em face da Renova Comercializadora para a **AP Energias Renováveis**. Na mesma data, foi finalizada a operação entre o Sr **Ricardo Lopes Delneri**, e à partir desta



No primeiro trimestre de 2022 o **Prejuízo** foi de R\$ 66,1 milhões. Já o **EBITDA** foi negativo em R\$ 69,6 milhões.

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

17 de maio de 2022 – 17h00 (BRT)

Slides de apresentação e vídeo estarão disponíveis em:
ri.renovaenergia.com.br

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No primeiro trimestre de 2022 a Companhia continuou focada em colocar o Complexo Alto Sertão III – Fase A – um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina – em operação. As operações teste foram iniciadas em dezembro de 2021, e hoje em operação comercial, vem adicionando 132,0 MWs de potência instalada ao sistema nacional, despachados a partir das Subestações Pindaí II e Igaporã. Além disso, conta com 64,8 MWs em operação teste.

A conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, deverá acontecer até o final do terceiro trimestre de 2022, totalizando investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões em 155 aerogeradores, 4 subestações e 208 km de linhas de transmissão, distribuídos em 26 projetos, em 6 municípios do estado da Bahia (Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi e Guanambi). O conjunto terá capacidade instalada de 432,7 MW de energia, o suficiente para abastecer até 1 milhão de residências de acordo com o padrão Aneel.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,4 GW potenciais de energia eólica e 250MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais. Sendo que atualmente 12 projetos já contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 4,2 GW. Como evento subsequente, a Companhia informou o mercado no dia 04 de maio de 2022 que a ANEEL publicou o Despacho nº 1170, de 02 de maio de 2022, restaurando a operação comercial das unidades geradoras (UG) 1 e 2 da PCH Colino 1. As usinas estavam paradas desde as fortes chuvas que ocorreram em dezembro de 2021, que elevaram os níveis do Rio Colino, resultando na inundação da Casa de Forças da unidade.

Outro evento que ocorreu após o período de fechamento do trimestre foi a alteração na composição do Bloco de Controle. No dia 6 de maio de 2022, a CEMIG Geração e Transmissão (“CEMIG GT”) comunicou que foi finalizada a trasação referente a alienação da totalidade de sua participação na Companhia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidoonos em face da Renova Comercializadora, para o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

O Grupo Angra Partners (“Angra”) é especializado na Gestão de Fundos de Private Equity e em Assessoria Financeira de casos complexos, tendo liderado soluções de algumas das disputas societárias e reestruturações financeiras mais relevantes do país nos últimos 15 anos. Com histórico de gestão de dez fundos em diferentes setores, que totalizam capital gerido superior a R\$ 5,8 bilhões, o Angra figura como um dos principais gestores brasileiros da indústria. Em 2016 o Angra adquiriu a gestora de private equity Mantiq, do Grupo Santander. A Mantiq Investimentos tem o foco no setor ambiental, de infraestrutura, petróleo e gás.

Outra mudança anunciada pela Companhia foi a saída do Senhor Ricardo Lopes Delneri do Bloco de controle, direta e indiretamente, após a transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento).

2. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA – ESG

A Companhia segue comprometida com a transição energética para uma nova economia de baixo carbono, perfeitamente alinhada com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU – Organização das Nações Unidas:

	<p>Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos</p>		<p>Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos</p>
	<p>Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis</p>		<p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis</p>

MEIO AMBIENTE



A Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar com respeito aos ecossistemas e em estrita consonância com a legislação ambiental, homologando parceiros de negócios alinhados com esses valores.

A preservação das espécies e a manutenção da fauna estão entre os principais trabalhos que realizamos durante as atividades de retirada da vegetação para a execução das nossas obras. Desde que iniciamos a implantação do Alto Sertão III – Fase A, nossas equipes de biólogos e veterinários resgataram mais de 5 mil animais no local

As espécies encontradas são catalogadas pelo nosso Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna e mantidas no meio ambiente. O programa também ajuda as equipes a conhecerem melhor as espécies existentes na região e contribui com o planejamento prévio das ações de preservação ambiental que realizamos constantemente

SOCIAL

A Companhia não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou midiática). Respeitamos e valorizamos as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crenças, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil e idade.

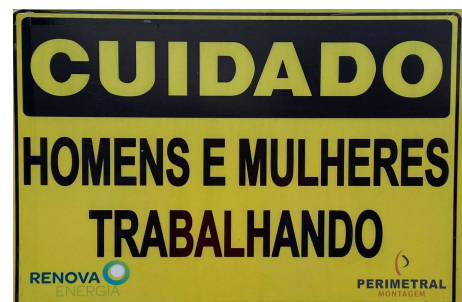
No quesito diversidade de gênero, atualmente 34% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. Durante a obra do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A contamos com o apoio de cerca de 1.600 pessoas, dentre colaboradores diretos e terceiros.

Dos nossos colaboradores diretos, 42% se declaram como brancos, 43% como pardos, 12% como pretos, 3% como amarelos e 1% indígena.

Mantemos diálogo abrangente e constante com as Comunidades em que atuamos, com foco em compromissos comuns e de longo-prazo voltados para desenvolvimento local sustentável, a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, em estrita observância da Legislação e do nosso Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.

Nesse sentido, desde o início dos preparativos para a primeira fase comercial do Alto Sertão III – Fase A, estamos realizando uma grande campanha sobre os cuidados que se deve ter agora que o parque está em funcionamento. Um dos principais objetivos é conscientizar a população local sobre os riscos das áreas energizadas e compartilhar informações sobre o funcionamento do complexo eólico.

O trabalho está sendo realizado em parceria com as lideranças comunitárias do entorno do Alto Sertão III e estamos fazendo também anúncios na rádio de Igaporã. Preparamos também uma cartilha educativa que está sendo distribuída para as comunidades.



GOVERNANÇA E COMPLIANCE

A Companhia adota as melhores práticas de Governança Corporativa e Compliance com atenção a seis pilares mandatórios:



Nossas ações são fundamentadas em canal de comunicação próprio e direto: o Canal Transparência, que funciona como um coletor aberto por meio do qual colecionamos sugestões críticas, denúncias e potenciais conflitos para tratamento, apuração, correção e prevenção. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos e funciona como uma ferramenta de comunicação proativa e independente, imparcial e anônima, para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de quaisquer dos valores e condutas preconizadas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

3. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Variação
Receita operacional bruta	33.199	24.126	37,6%
(-) Impostos – Pis e Cofins	(1.807)	(1.545)	17,0%
Receita operacional líquida (ROL)	31.392	22.581	39,0%
Custos não gerenciáveis	(953)	(249)	282,7%
Custos gerenciáveis	(29.143)	(18.386)	58,5%
Depreciações e amortizações	(4.555)	(22)	20604,5%
Resultado bruto	(3.259)	3.924	-183,1%
Despesas administrativas	(8.695)	(36.656)	-76,3%
Depreciações e amortizações administrativas	(506)	(462)	9,5%
Receitas (despesas) financeiras	(52.617)	(24.281)	116,7%
Resultado de equivalência patrimonial	-	27.866	n.a
IR e CS	(1.029)	(414)	148,6%
Prejuízo do período	(66.106)	(30.023)	120,2%

A Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 66,1 milhões no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o prejuízo de R\$ 30 milhões do primeiro trimestre de 2021. O resultado do primeiro trimestre de 2022 reflete principalmente: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (ii) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014), (iii) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER

2014, e (iv) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora.

3.1. Receita operacional líquida consolidada

No primeiro trimestre de 2022, a Receita Operacional Líquida foi de R\$ 31,4 milhões, com destaque para o início da operação comercial, das primeiras turbinas eólicas do Complexo Alto Sertão III – Fase A.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Variação
Receita líquida – Eólicas	9.118	-	n.a
Receita líquida – PCHs	12.633	11.802	7,0%
Receita líquida - Comercialização de energia	9.641	10.779	-10,6%
Receita operacional líquida (ROL)	31.392	22.581	39,0%

A Companhia apresentou um aumento de R\$ 8,8 milhões na receita do primeiro trimestre em comparação com o ano anterior devido, principalmente, a entrada em operação de algumas turbinas do Alto Sertão III – Fase A.

3.2. Custos consolidados

Os custos de produção de energia incluem custos gerenciáveis e não gerenciáveis.

Custos não gerenciáveis: (i) tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), referente ao uso do sistema de distribuição da Coelba (concessionária na qual as PCHs da ESPRA se conectam), e tarifa do uso do sistema de transmissão (TUST), referente ao sistema de transmissão; (ii) taxa de fiscalização cobrada pela ANEEL.

No primeiro trimestre de 2022 os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 953 mil, apresentando um aumento de R\$ 704 mil.

Custos gerenciáveis: (i) atividades de operação e manutenção dos parques eólicos e PCHs, e (ii) compra de energia para revenda.

Segue abaixo tabela dos Custos gerenciáveis:

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Variação
Serviços de Terceiros	2.973	841	253,5%
Seguros	64	52	23,1%
Material de uso e consumo	36	188	-80,9%
Energia para revenda	24.037	16.750	43,5%
Multa sobre ressarcimento	1.421	-	n.a
Repactuação do risco hidrológico	606	550	10,2%
Outras	6	5	20,0%
Total	29.143	18.386	58,5%

O aumento dos custos gerenciáveis no primeiro trimestre de 2022 em comparação ao mesmo período do ano anterior aconteceu, preponderantemente, em função da necessidade de compra de energia para atender o fornecimento do contrato Light I.

3.3. Despesas consolidadas

As despesas registradas no primeiro trimestre de 2022 totalizaram aproximadamente R\$ 8,7 milhões, uma redução de 76,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando apenas as Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A), o primeiro trimestre apresentou uma redução de 20,0% em relação ao mesmo período de 2021.

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Variação
Pessoal e administradores	5.349	7.833	-31,7%
Serviços de terceiros	7.481	9.275	-19,3%
Aluguéis e arrendamentos	14	94	-85,1%
Viagens	482	122	295,1%
Seguros	1.071	1.078	-0,6%
Telefonia e TI	743	657	13,1%
Material de uso e consumo	208	116	79,3%
Subtotal SG&A	15.348	19.175	-20,0%
Contingências cíveis e trabalhistas	489	4.452	-89,0%
Licenças e estudos ambientais	216	227	-4,8%
Taxas regulatórias	3.920	3.588	9,3%
Contrato oneroso	(18.302)	1.030	n.a
Multa sobre ressarcimento	3.581	7.497	-52,2%
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/confins	77	-	n.a
Penalidades contratuais e regulatórias	2.519	-	n.a
Outras	847	687	23,3%
Total	8.695	36.656	-76,3%

As principais variações nas despesas apresentadas no quadro acima referem-se-se a:

- **Pessoal e Administradores:** redução de 31,7% em relação ao mesmo período de 2021, com relevância para a capitalização dos gastos relacionados à retomada das obras do Complexo Alto Sertão III – Fase A, em março de 2021.
- **Serviços de terceiros:** consultoria, auditoria, advogados, publicação de balanços e limpeza e segurança dos parques eólicos.
- **Contingências cíveis e trabalhistas:** a movimentação líquida no trimestre refere-se basicamente ao pagamento de acordos trabalhistas listadas na classe I do plano de recuperação judicial.
- **Contrato oneroso:** a diferença dos valores reconhecidos em cada período reflete a revisão dos efeitos dos contratos onerosos face aos preços de compra de energia praticados no mercado.
- **Multa sobre ressarcimento:** redução em relação ao mesmo período do ano anterior em função da entrada em operação comercial de 7 dos 12 parques do mercado regulado.
- **Penalidades contratuais e regulatórias:** correspondem às penalidades aplicadas pela ANEEL por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

3.4. Resultado financeiro consolidado

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Variação
Receitas Financeiras	7.601	703	981,2%
Rendimentos aplicações financeiras	7.642	654	1068,5%
Outras receitas financeiras	(41)	49	n.a
Despesas Financeiras	(60.218)	(24.984)	141,0%
Encargos de dívida	(35.121)	(14.715)	138,7%
Juros partes relacionadas	(20.406)	(5.545)	268,0%
Outras despesas financeiras	(4.691)	(4.724)	-0,7%
Resultado Financeiro	(52.617)	(24.281)	116,7%

As **receitas financeiras** totalizaram R\$ 7,6 milhões reais no primeiro trimestre de 2022, aumento de R\$ 6,9 milhões devido principalmente aos rendimentos de aplicações financeiras.

As **despesas financeiras** aumentaram R\$ 35,2 milhões no primeiro trimestre de 2022 comparado ao mesmo período do ano anterior, justificado em grande medida pelos encargos de dívida e juros com partes relacionadas.

O **resultado financeiro** da Companhia no primeiro trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 52,6 milhões, um aumento de R\$ 28,3 milhões relação ao período anterior.

3.5. Imposto de renda, contribuição social e resultado líquido

As receitas de geração de energia da Companhia são tributadas pelo regime de lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

No primeiro trimestre de 2022, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram aproximadamente R\$1,1 milhões, em comparação a R\$ 414 mil no mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 66,1 milhões, ante ao prejuízo de R\$ 30 milhões do primeiro trimestre de 2021.

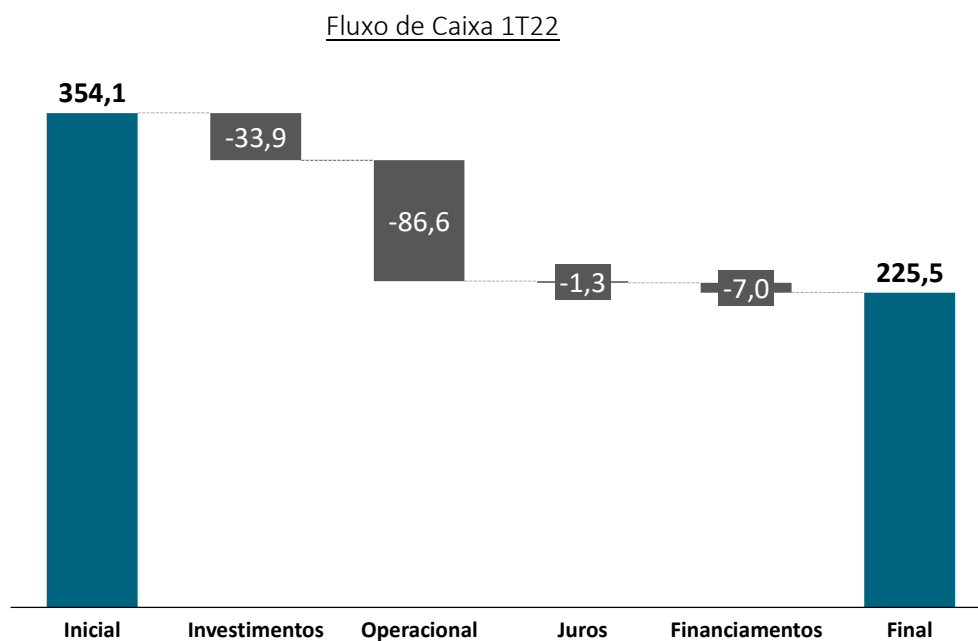
3.6. EBITDA

Renova Energia S.A.			
(Valores em R\$ mil)	1T22	1T21	Varição
Receita operacional líquida (ROL)	31.392	22.581	39,0%
Prejuízo líquido do período	(66.106)	(30.023)	120,2%
(+) IR e CS	(1.029)	414	n.a
(+) Depreciação e amortização	5.061	484	945,7%
(+) Despesas Financeiras	60.218	24.984	141,0%
(-) Receitas Financeiras	(7.601)	(703)	981,2%
EBITDA¹	(9.457)	(4.844)	95,2%

¹ EBITDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia e não revisada pelos auditores independentes, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social.

No primeiro trimestre de 2022, o EBITDA foi negativado em R\$ 9,4 milhões, ante R\$ 4,8 milhões negativos no mesmo período do ano anterior.

4. FLUXO DE CAIXA



No primeiro trimestre de 2022, o caixa da Renova apresentou uma redução de R\$ 128,6 milhões em relação à posição de 31 de dezembro de 2021. As variações são decorrentes de:

- **Investimentos (-):** redução de R\$ 33,9 milhões resultante principalmente da aquisição de imobilizado relacionado ao Alto Sertão III – Fase A.
- **Operacional (-):** redução de caixa nas atividades operacionais de R\$ 86,6 milhões, líquidos do pagamento de juros.
- **Pagamento de juros (-)** sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1,3 milhões.
- **Financiamentos (-):** redução de R\$ 7,0 milhões referentes a amortização de empréstimos e financiamentos e pagamento de passivos de arrendamento.

5. ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial							
Valores em R\$ mil							
Ativo Consolidado				Passivo Consolidado			
	31/03/2022	31/12/2021	30/09/2021		31/03/2022	31/12/2021	30/09/2021
Circulante	580.515	719.423	1.177.696	Circulante	679.067	710.304	820.946
Caixa	189.419	354.110	239.324	Empréstimos e Financiamentos	263.979	252.508	413.841
Aplicações financeiras	5.175	5.278	7.606	Fornecedores	90.131	115.880	90.165
Clientes	13.118	6.231	5.580	Partes Relacionadas	52.131	49.860	47.839
Outros	27.080	17.896	26.145	Outros	170.308	185.420	156.977
Ativos mantidos para venda	345.723	335.908	899.041	Passivos diretamente ass. a ativos	102.518	106.636	112.124
Não Circulante	1.633.415	1.561.280	1.478.206	Não Circulante	2.256.289	2.225.719	2.663.178
Aplicações financeiras	259	254	251	Empréstimos e Financiamentos	967.515	944.957	1.418.120
Outros	7.727	3.727	3.598	Partes Relacionadas	760.936	742.976	729.550
Imobilizado	1.625.429	1.557.299	1.474.357	Outros	527.838	537.786	515.508
				Patrimônio Líquido Negativo	(721.426)	(655.320)	(828.222)
				Capital Social	3.308.179	3.308.179	3.308.179
				Reserva de Capital	1	1	1
				Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(12.682)
				Prejuízos Acumulados	(4.029.606)	(3.963.500)	(4.123.720)
Ativo Total	2.213.930	2.280.703	2.655.902	Passivo Total	2.213.930	2.280.703	2.655.902

5.1. Ativo

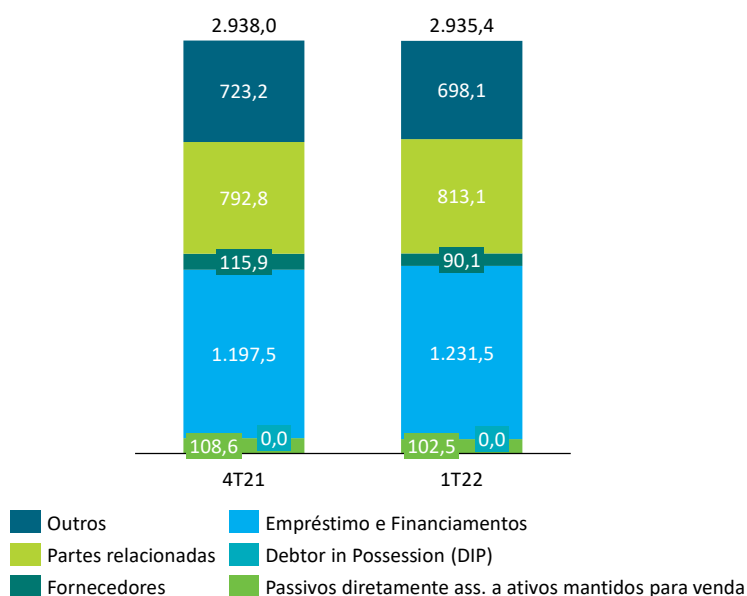
Em 31 de março de 2022, o valor de disponibilidades (caixa + aplicações financeiras) era de R\$ 194,6 milhões, apresentando uma redução de R\$ 164,8 milhões em relação ao último trimestre de 2021, impactado principalmente pela aplicação de recursos na construção dos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A.

5.2. Passivo

O passivo apresentou uma redução de R\$ 667 mil no primeiro trimestre de 2022, passando a ser R\$ 2,9 bilhões.

Os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 31 de março de 2022, os ativos e passivos relacionados a essas UPIs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

Evolução Passivo Total – R\$ milhões



Contrato	Taxa	R\$ mil
BNDES	100% CDI ¹	325.576
Banco Bradesco	100% CDI ¹	358.410
Banco Itaú	100% CDI ¹	131.126
Citibank	100% CDI ¹	88.300
Banco ABC	100% CDI ¹	52.451
Citibank	100% CDI ¹	44.772
BTG Pactual	155% CDI	219.001
Banco Safra	0,5% a.a. + TR ¹	2.590
BNB ² - ESPRA	9,5% a.a. (8,08% a.a.)	50.708
Banco Itaú	0,5% a.a. + TR ¹	4.567
Banco Bradesco	0,5% a.a. + TR ¹	4.701
Subtotal do endividamento		1.282.202
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda		(50.708)
Total do endividamento		1.231.494
Disponibilidades ³		194.853
Dívida líquida		1.036.641

¹As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

²O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência).

³Considera caixa e equivalentes de caixa + aplicações financeiras.

5.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o trimestre em R\$ 721,4 milhões negativos, um aumento de R\$ 66,1 milhões devido ao aumento do prejuízo acumulado.

6. ESTRUTURA ACIONÁRIA

Em 31 de março de 2022, o capital social da Renova estava dividido da seguinte maneira:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.328.648	47,42%	1	0,00%	26.328.649	24,05%
Cemig GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	15,65%	0	0,00%	8.686.842	7,93%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	0	0,00%	884.252	0,81%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	2,96%	0	0,00%	1.642.183	1,50%
Outros Acionistas	29.193.220	52,58%	53.958.179	100,00%	83.151.399	75,95%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
Ricardo Lopes Delneri	7.263.970	13,08%	15.344.215	28,44%	22.608.185	20,65%
Outros	13.728.226	24,73%	27.840.708	51,60%	41.568.934	37,97%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,00%	109.480.048	100,00%

¹ Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

Após as mudanças que ocorreram no dia 6 de maio de 2022, conforme informado no item 1, o quadro acionário da Renova fica da seguinte maneira:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹ Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR



7. GLOSSÁRIO

Complexo Alto Sertão III Fase A (“AS III – Fase A”) – 26 parques eólicos da Renova, localizados no interior da Bahia, que comercializaram energia no LER 2013, LER 14 e no mercado livre e que possuem capacidade instalada de 432,70 MW.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ESPRA – Energética Serra da Prata S.A., controlada indireta da Renova e composta pelas 3 PCHs da Companhia

LER - Leilão de Energia de Reserva

Mercado Livre - Ambiente de contratação de energia elétrica onde os preços praticados são negociados livremente entre o consumidor e o agente de geração ou de comercialização

Mercado Regulado - Ambiente de contratação de energia elétrica onde as tarifas praticadas são reguladas pela ANEEL

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

PPR – Programa de Participação de Resultados

DIP - empréstimo na modalidade *Debtor in Possession*

ESG - a sigla em inglês para "environmental, social and governance" (ambiental, social e governança, em português), geralmente usada para medir as práticas ambientais, sociais e de governança de uma empresa

ONU – Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 381/03, divulgamos que no período findo em 31 de março de 2022 os auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes (“BDO”) que prestam serviço para a Companhia e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas e Individuais

31 de março de 2022



ÍNDICE**(Página)**

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	10

NOTAS EXPLICATIVAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS	11
2. Principais políticas contábeis.....	20
3. Das autorizações vigentes	21
4. Comercialização de energia.....	23
5. Segmentos operacionais.....	23
6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.....	25
7. Contas a receber de clientes	25
8. Tributos a recuperar	26
9. Cauções e depósitos vinculados	26
10. Investimentos	27
11. Imobilizado	34
12. Direito de uso – Arrendamentos	43
13. Fornecedores.....	44
14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas.....	45
15. Tributos a recolher	51
16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado).....	52
17. Outras contas a pagar.....	54
18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.....	54
19. Provisão para contrato oneroso.....	59
20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas	59
21. Receita líquida	60
22. Custos e despesas (receitas).....	61
23. Resultado financeiro.....	62
24. Imposto de renda e contribuição social	63
25. Transações com partes relacionadas.....	64
26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	69
27. Lucro (prejuízo) por ação.....	76
28. Ativos classificados como mantidos para venda	76
29. Cobertura de Seguros	79
30. Transações não envolvendo caixa	80
31. Eventos subsequentes.....	80

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVOS	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	189.419	354.110	3.717	234.209
Aplicações financeiras	6	5.175	5.278	-	-
Contas a receber de clientes	7	13.118	6.231	-	-
Tributos a recuperar	8	12.225	11.963	1.909	1.060
Cauções e depósitos vinculados	9	6.764	-	-	-
Partes relacionadas	25	-	-	30.736	21.455
Debêntures privadas	14.2.2.1	-	-	167.866	-
Dividendos a receber	10.4	-	-	27.139	27.139
Adiantamentos a fornecedores		1.619	1.631	1.403	1.520
Despesas antecipadas		5.923	3.736	748	118
Outros créditos		549	566	31.011	31.031
		234.792	383.515	264.529	316.532
Ativos classificados como mantidos para venda	28	345.723	335.908	190.558	177.359
Total dos ativos circulantes		580.515	719.423	455.087	493.891
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	259	254	259	254
Depósitos judiciais	18	7.411	3.667	6.510	2.802
Tributos diferidos		256	-	-	-
Partes relacionadas	25	-	-	156.423	156.229
Outros créditos		60	60	60	60
Investimentos	10	-	-	430.800	468.337
Imobilizado	11	1.625.429	1.557.299	5.747	5.027
Total dos ativos não circulantes		1.633.415	1.561.280	599.799	632.709
TOTAL DOS ATIVOS		2.213.930	2.280.703	1.054.886	1.126.600

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	explicativa	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	90.131	115.880	7.130	33.057
Empréstimos e financiamentos	14	263.979	252.508	263.774	252.303
Tributos a recolher	15	11.148	15.719	4.516	5.374
Salários, encargos e férias a pagar		10.833	9.061	10.833	9.061
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	39.648	36.418	-	-
Arrendamentos a pagar	12	461	237	358	142
Outras contas a pagar	17	103.056	100.520	56.173	56.153
Partes relacionadas	25	52.131	49.860	52.131	49.860
Provisão para contrato oneroso	19	5.162	23.465	-	-
		576.549	603.668	394.915	405.950
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28	102.518	106.636	12.567	11.457
Total dos passivos circulantes		679.067	710.304	407.482	417.407
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	194.438	199.276	26.103	31.404
Empréstimos e financiamentos	14	967.515	944.957	2.589	2.583
Debêntures privadas	14	-	-	60.122	59.950
Tributos a recolher	15	12.763	14.221	6.954	7.546
Contas a pagar - CCEE/Eletrobras	16	37.527	38.870	-	-
Arrendamentos a pagar	12	14.155	13.240	737	70
Partes relacionadas	25	760.936	742.976	784.001	766.013
Provisão para perda sobre investimentos	10	-	-	305.777	311.226
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	178.297	181.068	126.369	129.483
Outras contas a pagar	17	90.658	91.111	56.178	56.238
Total dos passivos não circulantes		2.256.289	2.225.719	1.368.830	1.364.513
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
Capital social	20	3.349.936	3.349.936	3.349.936	3.349.936
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital	1	1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(4.029.606)	(3.963.500)	(4.029.606)	(3.963.500)
Total do patrimônio líquido negativo		(721.426)	(655.320)	(721.426)	(655.320)
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
		2.213.930	2.280.703	1.054.886	1.126.600

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
RECEITA LÍQUIDA	21	31.392	22.581	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS					
Custo com compra de energia		(24.037)	(16.750)	-	-
Custo de operação		(5.106)	(1.636)	-	-
Depreciações e amortizações	11	(4.555)	(22)	(21)	(22)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(953)	(249)	-	-
Total	22	(34.651)	(18.657)	(21)	(22)
RESULTADO BRUTO		(3.259)	3.924	(21)	(22)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(16.463)	(24.352)	(5.096)	(17.248)
Depreciações e amortizações	11	(506)	(462)	(379)	(334)
Outras receitas (despesas) líquidas		7.768	(12.304)	(198)	8
Total	22	(9.201)	(37.118)	(5.673)	(17.574)
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	-	27.866	(32.040)	(2.051)
Total		(9.201)	(9.252)	(37.713)	(19.625)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(12.460)	(5.328)	(37.734)	(19.647)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		7.601	703	3.598	30
Despesas financeiras		(60.218)	(24.984)	(31.970)	(10.406)
Total	23	(52.617)	(24.281)	(28.372)	(10.376)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(65.077)	(29.609)	(66.106)	(30.023)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(1.060)	(391)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		31	(23)	-	-
Total	24	(1.029)	(414)	-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(66.106)	(30.023)	(66.106)	(30.023)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	27			(0,60)	(0,72)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo do período		(66.106)	(30.023)	(66.106)	(30.023)
Outros resultados abrangentes					
Reflexo da perda de valor justo de instrumentos de hedge em controlada em conjunto	20	-	10.290	-	10.290
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO		(66.106)	(19.733)	(66.106)	(19.733)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações		Ajuste de avaliação patrimonial		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.960.776	(41.757)	1	(32.470)	(3.994.187)	(1.107.637)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(30.023)	(30.023)
Outros resultados abrangentes:							
Reflexo do valor justo em hedge de fluxo de caixa em controlada em conjunto		-	-	-	10.290	-	10.290
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		2.960.776	(41.757)	1	(22.180)	(4.024.210)	(1.127.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.349.936	(41.757)	1	-	(3.963.500)	(655.320)
Prejuízo do período		-	-	-	-	(66.106)	(66.106)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	20	3.349.936	(41.757)	1	-	(4.029.606)	(721.426)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do período	(66.106)	(30.023)	(66.106)	(30.023)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11.2 e 11.4	5.061	484	400
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14.4	35.121	14.715	11.400
Apropriação dos custos sobre empréstimos	14.4	-	124	-
Atualização e provisão CCEE/Eletrobras	16.1	4.437	876	-
Multa sobre ressarcimento	16.1	5.002	7.497	-
Atualização e provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	18	2.188	6.315	1.845
Provisão (reversão) para contrato oneroso	19	(18.303)	1.030	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	23	(7.642)	(654)	(3.157)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23, 25	20.406	5.545	20.187
Juros sobre contas a pagar		1.964	1.298	(2.659)
Juros sobre passivo de arrendamento	12, 23	1.332	1.310	443
Atualização depósitos judiciais		(128)	(10)	(98)
Tributos diferidos		(68)	50	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.3	-	(27.866)	32.040
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes		(4.980)	(384)	-
Depósitos judiciais		(3.829)	(54)	(3.610)
Tributos a recuperar		(262)	(1.085)	(849)
Cauções e depósitos vinculados		(6.764)	-	-
Despesas antecipadas		(2.124)	(1.827)	(630)
Adiantamentos a fornecedores		(1.199)	(310)	117
Outros créditos		17	492	20
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores		(27.735)	(1.253)	(25.582)
Tributos a recolher		(5.656)	(1.617)	(1.684)
Salários e férias a pagar		(2.110)	1.349	1.641
Contas a pagar CCEE/Eletrobras	16.1	(11.624)	(4.144)	-
Outras contas a pagar		2.021	(76)	(40)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(645)	(470)	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	14.4	(1.259)	(1.407)	-
Dividendos recebidos	10.4	-	40.800	-
Pagamentos de contingências	18	(4.959)	-	(4.959)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(87.844)	10.705	(41.281)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recursos para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	(7.833)
Aplicações financeiras		39.726	12.500	3.152
Aquisição de imobilizado	11 e 30	(73.576)	(4.825)	(4.019)
Debentures privadas	14.4	-	-	(167.617)
Partes relacionadas	25.3	-	-	(9.456)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(33.850)	7.675	(185.773)

- Continua -

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

- Continuação -

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos e debêntures privadas	14.4	-	362.465	-	389.129
Custos na captação de empréstimos e financiamentos	14.4	-	(14.392)	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	14.4 e 30	(2.815)	(2.782)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.971)	(3.581)	(3.256)	(3.335)
Partes relacionadas	25.3	(175)	(35)	(182)	26.631
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(6.961)	341.675	(3.438)	412.425
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(128.655)	360.055	(230.492)	35.528
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	354.110	29.374	234.209	10.070
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período*	6	225.455	389.429	3.717	45.598
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(128.655)	360.055	(230.492)	35.528

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

(*) O Caixa e equivalente de caixa no período findo em 31 de março de 2022 inclui o saldo de caixa e equivalente de caixa da Energética Serra da Prata S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestre findo em 31 de março de 2022 e 2021

Valores expressos em milhares de Reais

	Nota	Consolidado		Controladora	
	explicativa	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
RECEITAS					
Vendas de energia	22	33.199	24.126	-	-
Outras receitas		3.945	802	132	156
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas		(30.122)	(18.658)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.393)	(28.712)	(3.795)	(13.411)
Valor adicionado bruto		3.629	(22.442)	(3.663)	(13.255)
Depreciação	12, 23	(5.061)	(484)	(400)	(356)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		(1.432)	(22.926)	(4.063)	(13.611)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	-	27.866	(32.040)	(2.051)
Receitas financeiras		7.943	736	3.773	32
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		6.511	5.676	(32.330)	(15.630)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Salários e encargos		4.148	3.916	993	2.060
Honorários da administração	26.5	2.265	2.361	542	1.242
Benefícios		1.146	937	75	261
FGTS		420	336	20	94
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		4.430	3.071	259	330
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		56.258	21.649	29.492	8.110
Aluguéis		14	94	-	1
Outros		3.936	3.335	2.395	2.295
Prejuízo do período		(66.106)	(30.023)	(66.106)	(30.023)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		6.511	5.676	(32.330)	(15.630)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Trimestre findo em 31 de março de 2022

Valores expressos em milhares de Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias - São Paulo, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polisilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

Investimentos	Classificação	Descrição
Enerbrás Centrais Elétricas S.A. (“Enerbras”) (Holding) ²	Controlada direta	É uma sociedade por ações de capital fechado, sediada no Estado da Bahia, que tem por objeto social exclusivo participar no capital social da Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”).
Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”) ²	Controlada indireta	É uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, composto pelas PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobras”), no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e entrou em operação em 2008.
Renova PCH Ltda. - Em recuperação judicial (“Renova PCH”)	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.



Investimentos	Classificação	Descrição
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”) – vide nota 1.1.
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial ¹ Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, terá toda a sua produção comercializada no mercado livre.



Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial ³ Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial SF 120 Participações Societárias S.A. ² Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 (“LER 2014”) – vide nota 1.1.

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH")	Controlada indireta	É uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a participação em outras sociedades empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo ainda participar em atividades relacionadas à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs. A participação na Brasil PCH foi alienada em 01 de dezembro de 2021 (Nota 1.2.2).

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas classificadas como mantidas para venda.

Nota 3: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B.

1.1 Operação comercial dos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014

Até abril de 2022, sete parques entraram em operação comercial, sendo seis do LER 2013 e um do LER 2014. A expectativa da Companhia é que os demais parques entrem em operação comercial até setembro de 2022.

Conforme contratos, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide Nota 16).

Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021, a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), decidiu (i) arquivar os termos de intimação nº 25/2019 a nº 50/2019, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG; (ii) afastar a aplicação do inciso IV da Subcláusula 12.1 do Contrato de Energia de Reserva – CER para os parques eólicos Mulungu, Pau Santo e Quina, vencedores do LER 2014; (iii) afastar a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pela Companhia referente às usinas do Complexo Alto Sertão III - Fase A; (iv) determinar à SFG nova análise para avaliação da aplicação das penalidades previstas nos Editais do LER 2013 e LER 2014, em decorrência do atraso na conclusão dos projetos, de responsabilidade da Companhia; e (v) determinar à Superintendência de Concessões e Autorizações da Geração – SCG que avalie a vigência das Garantias de Fiel Cumprimento das usinas em atendimento aos Editais do 5º LER 2013 e 6º LER 2014 e ao art. 13 da Resolução Normativa nº 876/2020.

1.2 Venda de ativos

1.2.1 UPI Enerbras

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Vinci Energia") por meio de sua investida V2I Energia S.A. ("V2I Energia"), tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferências, escriturais e sem valor nominal de emissão da Enerbrás e indiretamente da Espira, pelo valor de R\$ 265.800, na condição de primeiro proponente (Stalking Horse). O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Em 24 de novembro de 2021, o processo competitivo da UPI Enerbras foi homologado pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova, declarando como vencedora a Vinci Energia por meio de sua controlada

da V2I Energia, pelo valor de R\$ 265.800, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão prevista para ocorrer até final do segundo trimestre de 2022.

1.2.2 Venda de ativos – Complexo Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A Companhia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

1.3 Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade Debtor in Possession (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., no valor de R\$ 350.000 (nota 14);
- ii) alienação da UPI Fase B;
- iii) alienação da UPI Brasil PCH;
- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;

- v) alienação da UPI Enerbras (nota 1.2.1), que aguarda o cumprimento das condições precedentes para fechamento da operação;
- vi) A Companhia continua empenhada em buscar compradores para os projetos em desenvolvimento (nota 1.2.2);
- vii) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Sete parques estão em operação comercial e três em operação teste. Até setembro de 2022 todos os demais estarão em operação comercial.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31 de março de 2022:

Classes	Saldo em 31/12/2021	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/03/2022
Classe I - credores trabalhistas	19.817	976	(19.130)	80	1.743
Classe II - credores com garantia real	933.336	-	(100)	22.627	955.863
Classe III - credores quirografários	500.386	(1.360)	(1.229)	5.535	503.332
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.562	(114)	(3.005)	230	673
Total	1.457.101	(498)	(23.464)	28.472	1.461.611

Classes	Saldo em 31/12/2020	Créditos habilitados	Reclassificação entre classes	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2021
Classe I - credores trabalhistas	20.109	40	5	(539)	-	202	19.817
Classe II - credores com garantia real	1.052.063	-	-	(163.914)	-	45.187	933.336
Classe III - credores quirografários	877.732	2.368	(5)	(5.289)	(387.556)	13.136	500.386
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	3.993	-	-	(571)	-	140	3.562
Total	1.953.897	2.408	-	(170.313)	(387.556)	58.665	1.457.101

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da TR.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas terão 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, serão automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do CDI a partir da data do pedido de recuperação judicial. Durante período de carência, primeiros 24 meses a contar da data da publicação do plano, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores dessa classe. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. O principal será pago em 18 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal e as demais a cada seis meses de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	5,00%	5,00%
Ano 9	5,00%	5,00%
Ano 10	5,00%	16,00%
Ano 11	16,00%	18,00%

Conforme previsto na cláusula 10.7.4 do Plano, em 21 de dezembro de 2020 a Companhia amortizou R\$10.000 do saldo devido ao BNDES. Em 2021, com a alienação da UPI Fase B, UPI Brasil PCH e ainda outros eventos previstos nos planos, a Companhia amortizou o montante de R\$163.857.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$ 100 a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.
- d) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
Ano 3	2,50%	2,50%
Ano 4	2,50%	2,50%
Ano 5	2,50%	2,50%
Ano 6	2,50%	2,50%
Ano 7	2,50%	2,50%
Ano 8	2,50%	2,50%
Ano 9	2,50%	5,00%
Ano 10	5,00%	5,00%
Ano 11	5,00%	5,00%
Ano 12	5,00%	5,00%
Ano 13	5,00%	5,00%
Ano 14	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a) Pagamentos iniciais no montante de até R\$ 2 será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$ 1 em até 90 dias e mais R\$ 1 em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da TR, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$ 20 por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito.

1.4 Continuidade operacional

No período findo em 31 de março de 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$66.106, possui prejuízos acumulados de R\$4.029.606, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$721.426 e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$98.552.



O resultado do período findo em 31 de março de 2022 deve-se, principalmente a: (i) resultado financeiro negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$52.617 que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos, operações com partes relacionadas e fornecedores, (ii) multa sobre ressarcimento dos contratos de venda de energia (LER 2013 e LER 2014) no montante de R\$5.002, (iii) penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014, no montante de R\$2.519 e (iv) perdas nas operações realizadas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia elétrica da controlada Renova Comercializadora, no montante R\$4.408.

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongando dos prazos para quitação da dívida. Ainda em linha com o seu plano (i) a Companhia está trabalhando na finalização da construção dos seus parques eólicos, com sete deles em operação comercial e 3 em operação teste, (ii) em 05 de abril de 2021, a Companhia concluiu a venda das ações da UPI Fase B, no montante posteriormente ajustado de R\$ 59.807, reforçando o caixa para cumprimento do plano, (iii) em 01 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a alienação da UPI Brasil PCH, no valor de R\$ 1.009.437, e com esse recurso pagou seus credores conforme previsto nos planos, (iv) foram contratados assessores para conduzir o processo de vendas dos ativos mencionados na Nota 1.2 junto a potenciais interessados, e v) redução do passivo da Companhia mediante a capitalização de créditos com terceiros, no montante de R\$387.556.

Ademais, a administração da Companhia segue empenhada na conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, um dos 10 maiores complexos eólicos da América Latina. As operações testes foram iniciadas em dezembro de 2021, e hoje existem sete parques em operação comercial, adicionando 132,0 MWs de potência instalada ao sistema nacional, despachados a partir das Subestações Pindaí II e Igaporã. Além disso, conta com 64,8 MWs em operação teste.

A conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, deverá acontecer até o final do terceiro trimestre de 2022, totalizando investimentos superiores a R\$ 2,5 bilhões em 155 aerogeradores, 4 subestações e 208 km de linhas de transmissão, distribuídos em 26 projetos, em 6 municípios do estado da Bahia (Caetité, Igaporã, Pindaí, Licínio de Almeida, Urandi e Guanambi). O conjunto terá capacidade instalada de 432,7 MW de energia.

Com relação ao portfólio de projetos em desenvolvimento estimado em 6,4 GW potenciais de energia eólica e 250MW de energia solar, a Companhia continua realizando investimentos para concluir a regularização fundiária deles, além de investimentos direcionados à obtenção de licenças ambientais. Sendo que atualmente 12 projetos já contam com licenças emitidas pelos órgãos ambientais, totalizando cerca 4,2 GW.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo recuperar a saúde financeira da Companhia e das controladas, em como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.5 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

As empresas operacionais da Companhia possuem contratos no ambiente regulado e não sofreram nenhum impacto nas suas operações e nem nos seus contratos. Ademais, a Companhia, cercada de todos os cuidados necessários retomou a construção dos seus parques eólicos que gerarão energia para atender ao mercado livre e regulado, estando sete deles em operação comercial e os demais até o terceiro semestre de 2022.



Para fins de elaboração das informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2022, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Companhia não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na alienação de ativos e conclusão dos parques eólicos. No trimestre findo em 31 de março de 2022 e até a data da emissão dessas informações contábeis intermediárias não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia e suas controladas.

De forma geral, a Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As informações contábeis intermediárias, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2022.

2.3 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
PCH					
Cachoeira da Lixa	PROINFA	697	24/12/2003	30 anos	14,80 MW
Colino 2	PROINFA	695	24/12/2003	30 anos	16,00 MW
Colino 1	PROINFA	703	24/12/2003	30 anos	11,00 MW
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

3.2 Mercado livre (ACL)

		Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5098	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5125	01/04/2015	30 anos	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light I)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5094	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5090	26/03/2015	30 anos	5,70 MW
Centrais Eólicas Botuquara Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5101	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5086	26/03/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5089	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Conquista Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5102	26/03/2015	30 anos	24,30 MW
Centrais Eólicas Coxilha Alta Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5170	27/04/2015	30 anos	19,20 MW
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5097	26/03/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas Jequitibá S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5100	26/03/2015	30 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5083	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5095	26/03/2015	30 anos	27,00 MW
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Light II) ⁽¹⁾	5082	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Alcaçuz S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5118	01/04/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5119	01/04/2015	30 anos	5,40 MW
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5121	01/04/2015	30 anos	6,00 MW
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5122	01/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5123	01/04/2015	30 anos	20,10 MW
Centrais Eólicas Lençóis Ltda. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5171	27/04/2015	30 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5127	01/04/2015	30 anos	14,70 MW
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	ACL (Mercado livre II) ⁽¹⁾	5120	01/04/2015	30 anos	14,70 MW

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Nota (1): As outorgas desses parques foram canceladas, conforme mencionado na Nota 17.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS:										
Cachoeira da Lixa	PROINFA	Eletrobras	168.009,08	65.174	121,35	418,37	mai-08	abr-28	IGP-M	junho
Colino 1	PROINFA	Eletrobras	149.296,91	57.903	121,35	418,37	set-08	ago-28	IGP-M	junho
Colino 2	PROINFA	Eletrobras	213.369,71	41.084	121,35	418,37	jul-08	jun-28	IGP-M	junho
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880,30	96.360	105,20	165,91	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.543,80	60.444	113,70	179,31	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101,15	34.164	111,30	175,53	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.182,57	84.972	103,60	163,38	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.349,56	39.420	104,38	164,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.199,50	83.220	103,99	163,56	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.679,88	88.476	105,99	166,71	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964,17	64.824	104,80	164,83	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.003,78	93.732	105,55	166,01	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.287,66	56.940	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.037,92	80.592	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. - Em recuperação judicial (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630,13	45.552	138,90	206,00	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contrato no mercado livre, denominado Light I, com fornecimento de energia para LIGHTCOM e a parte relacionada CEMIG GT que totaliza 100,2 MW médios (não examinados) de energia contratada, com vigência até agosto de 2035 (Nota 25.4).

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais. A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- PCH** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes hídricas. Inclui o desenvolvimento de estudos de inventários e projetos básicos e geração de energia. As PCHs se encontram em fase de operação.
- Eólico** – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- Comercialização** – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- Administrativo** – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 31 de março de 2022 e 2021 para o resultado e 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2021 para ativos e passivos totais estão apresentadas a seguir:

**31/03/2022**

	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	12.633	9.118	9.641	-	31.392
Custos não gerenciáveis	(173)	(780)	-	-	(953)
Margem Bruta	12.460	8.338	9.641	-	30.439
Custos gerenciáveis	(3.420)	(24.854)	(4.261)	(5.303)	(37.838)
Depreciações e amortizações	-	(4.662)	-	(399)	(5.061)
Receita financeira	1.060	1.352	2.095	3.094	7.601
Despesa financeira	(1.380)	(26.109)	(1.247)	(31.482)	(60.218)
Imposto de renda e contribuição social	(778)	(251)	-	-	(1.029)
Lucro líquido (prejuízo) do período	7.942	(46.186)	6.228	(34.090)	(66.106)

31/03/2022

Ativos totais	213.219	1.703.131	185.497	112.083	2.213.930
Passivos totais	90.432	1.220.019	244.978	1.379.927	2.935.356

31/03/2021

	PCH	Eólico	Comercialização	Administrativo	Consolidado
Receita líquida	11.802	-	10.779	-	22.581
Custos não gerenciáveis	(249)	-	-	-	(249)
Margem Bruta	11.553	-	10.779	-	22.332
Custos gerenciáveis	(3.072)	(16.584)	(18.147)	(17.239)	(55.042)
Depreciação	-	(127)	-	(357)	(484)
Resultado de equivalência patrimonial	27.866	-	-	-	27.866
Receita financeira	261	337	75	30	703
Despesa financeira	(7.395)	(7.123)	(60)	(10.406)	(24.984)
Imposto de renda e contribuição social	(414)	-	-	-	(414)
Lucro líquido (prejuízo) do período	28.799	(23.497)	(7.353)	(27.972)	(30.023)

31/12/2021

Ativos totais	211.222	1.795.655	30.597	243.229	2.280.703
Passivos totais	502.524	1.023.521	38.953	1.371.025	2.936.023

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa		40	44	10	8
Bancos conta movimento		12.519	6.313	581	266
Aplicações financeiras de liquidez imediata		224.654	391.893	3.126	233.935
Aplicações financeiras		259	254	259	254
		<u>237.472</u>	<u>398.504</u>	<u>3.976</u>	<u>234.463</u>
Transferência para ativos mantidos para venda:					
Caixa e equivalentes de caixa	28.2	(42.619)	(38.862)	-	-
Total		<u>194.853</u>	<u>359.642</u>	<u>3.976</u>	<u>234.463</u>
Apresentados como:					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa		189.419	354.110	3.717	234.209
Aplicações financeiras		5.175	5.278	-	-
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras		259	254	259	254
Total		<u>194.853</u>	<u>359.642</u>	<u>3.976</u>	<u>234.463</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor e foram classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 101,78% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Comercialização Mercado livre		5.941	5.773
CCEE		7.177	458
Eletrobras – ESPRA		4.684	6.591
Total		<u>17.802</u>	<u>12.822</u>
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(4.684)	(6.591)
Total		<u>13.118</u>	<u>6.231</u>

Os saldos em 31 de março de 2022 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
IRRF a compensar		1.848	738	1.250	414
Saldo negativo de IRPJ a compensar		4.062	7.604	547	535
COFINS a recuperar		3.144	1.895	-	-
PIS a recuperar		701	420	-	-
ICMS a recuperar		2.306	1.142	-	-
Outros tributos a compensar		173	173	112	111
		12.234	11.972	1.909	1.060
Transferência para ativos mantidos para venda	28.2	(9)	(9)	-	-
Total		12.225	11.963	1.909	1.060

Em 31 de março de 2022, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicação financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2022.

9. Cauções e depósitos vinculados

Companhia	Instituição	Objeto Contratual	Consolidado	
			31/03/2022	31/12/2021
Espra	BNB	Financiamento BNB	12.615	12.322
Renova Comercializadora	Depósito caução	Contrato compra e venda de energia	6.764	-
	Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)		(12.615)	(12.322)
	Total circulante		6.764	-

Refere-se a i) aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% do CDI, vinculadas ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores, e ii) depósito caução em favor de terceiro para garantir contrato de compra e venda de energia elétrica com vencimento em 15 de julho de 2022.

10. Investimentos

10.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	331.427	368.532
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	205	196
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.785)	(1.861)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.224)	(5.229)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.934)	(5.954)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.462	4.430
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.304)	(1.318)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.802)	(1.807)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.378)	(1.386)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.804)	(5.855)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.553)	(5.603)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.212	2.192
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial	(5.615)	(5.643)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.128	4.104
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.192	3.167
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.120)	(3.100)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.230)	(2.252)
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial	(471)	(473)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.718)	(1.731)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(353)	(358)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(49)	(52)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	18.574	17.835
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(34.582)	(33.739)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.507)	(1.539)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	66.600	67.881
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(1)	-
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(227.347)	(233.326)
Total	125.023	157.111
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	430.800	468.337
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	(305.777)	(311.226)
Total	125.023	157.111

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.



10.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	31/03/2022					31/12/2021					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH											
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	5.170.100	100,00	101.955	-	8.001	5.170.100	100,00	101.955	-	(37.528)	21.045
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	37.540.023	99,99	374	-	-	37.540.023	99,99	374	-	-	(8)
Chiple SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(152.595)	61.830
Eólico											
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	2.128.113.291	99,99	2.128.113	331.427	(39.247)	2.128.113.291	99,99	2.128.113	368.532	-	(146.203)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	19.910.432	99,99	19.910	205	(47)	19.910.432	99,99	19.910	196	-	(5.373)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	9.404.320	99,99	9.404	(1.785)	(49)	9.404.320	99,99	9.404	(1.861)	-	(1.443)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	17.378.687	99,99	17.379	(5.224)	(52)	17.378.687	99,99	17.379	(5.229)	-	(5.686)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	23.468.639	99,99	23.469	(5.934)	(99)	23.468.639	99,99	23.469	(5.954)	-	(7.080)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	25.549.928	99,99	25.550	4.462	(27)	25.549.928	99,99	25.550	4.430	-	5.873
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	8.510.149	99,99	8.510	(1.304)	(31)	8.510.149	99,99	8.510	(1.318)	-	(971)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	21.718.499	99,99	21.718	(1.802)	(65)	21.718.499	99,99	21.718	(1.807)	-	4.386
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	5.870.759	99,99	5.871	(1.378)	(28)	5.870.759	99,99	5.871	(1.386)	-	(980)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	17.701.313	99,99	17.701	(5.804)	(26)	17.701.313	99,99	17.701	(5.855)	-	(5.320)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	16.317.932	99,99	16.318	(5.553)	(9)	16.317.932	99,99	16.318	(5.603)	-	2.770
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	18.830.937	99,99	18.831	2.212	(35)	18.830.937	99,99	18.831	2.192	-	(4.444)
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	12.391.309	99,99	12.391	(5.615)	(80)	12.391.309	99,99	12.391	(5.643)	-	(4.298)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	20.439.716	99,99	20.440	4.128	(4)	20.439.716	99,99	20.440	4.104	-	7.429
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	20.552.944	99,99	20.553	3.192	(14)	20.552.944	99,99	20.553	3.167	-	7.296
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	13.461.491	99,99	13.461	(3.120)	(56)	13.461.491	99,99	13.461	(3.100)	-	(3.946)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	7.886.576	99,99	7.887	(2.230)	(9)	7.886.576	99,99	7.887	(2.252)	-	1.768

- Continua -



- Continuação -

Companhia	31/03/2022					31/12/2021					
	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Dividendos propostos	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
Eólico											
Centrais Eólicas Calindra S.A. - Em recuperação judicial	7.582.283	99,99	7.582	(471)	(23)	7.582.283	99,99	7.582	(473)	-	2.019
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	4.826.628	99,99	4.827	(1.718)	(15)	4.826.628	99,99	4.827	(1.731)	-	645
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	2.757.034	99,99	2.757	(353)	(9)	2.757.034	99,99	2.757	(358)	-	(269)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	3.791.020	99,99	3.791	(49)	(24)	3.791.020	99,99	3.791	(52)	-	46
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	149.949.272	99,99	149.949	18.574	(243)	149.949.272	99,99	149.949	17.835	-	(2.470)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	3.284.844	99,99	3.285	(34.582)	(3.987)	3.284.844	99,99	3.285	(33.739)	-	(16.975)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	245.313.150	99,99	245.313	(1.507)	(418)	245.313.150	99,99	245.313	(1.539)	-	(1.196)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(22)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	235.681	100,00	236	(1)	(9)	235.681	100,00	236	-	-	(3)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	76.212.136	99,99	76.212	66.600	(1.290)	76.212.136	99,99	76.212	67.881	-	(6.284)
SF 120 Participações Societárias S.A.	12.937.880	99,99	12.938	-	(124)	12.937.880	99,99	12.938	-	-	(319)
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)
Comercialização											
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	524.038.918	100,00	524.039	(227.347)	5.979	524.038.918	100,00	524.039	(233.326)	-	(63.566)

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1

10.3 Movimentação dos investimentos

10.3.1. Consolidado

10.3.1.1 Investimento societário com controle compartilhado – Brasil PCH S.A.

Até dezembro de 2021, a Companhia mensurou seu investimento na participação societária de empreendimento controlado em conjunto utilizando o método da equivalência patrimonial, em conformidade com a IFRS 11 / CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto.

Em 1º de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a venda UPI Brasil PCH, transferindo a totalidade das ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Brasil PCH S.A. de sua titularidade para a BSB Energética e ELETRORIVER S.A., pelo valor de R\$ 1.100.000.

Descrição	Valor
Valor da venda	1.009.437
Custo do investimento	(602.899)
Ganho antes dos outros custos e provisões	406.538
Outros custos na venda ^(a)	(12.543)
Ganho na alienação	393.995

(a) Corresponde à gastos com os assessores financeiros e jurídicos.

A Companhia utilizou os recursos recebidos na operação principalmente para (i) liquidar antecipadamente o DIP, (ii) quitar determinados credores concursais e extraconcursais e (iii) dar continuidade às obras de conclusão do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A e às demais atividades operacionais da Companhia e suas subsidiárias.

10.3.2 Controladora

Companhia	31/12/2021	AFAC	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	31/03/2022
PCH					
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding) ²	-	-	8.001	(8.001)	-
Eólico					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	368.532	2.142	(39.247)	-	331.427
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	196	56	(47)	-	205
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(1.861)	125	(49)	-	(1.785)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(5.229)	57	(52)	-	(5.224)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(5.954)	119	(99)	-	(5.934)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	4.430	59	(27)	-	4.462
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(1.318)	45	(31)	-	(1.304)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(1.807)	70	(65)	-	(1.802)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.386)	36	(28)	-	(1.378)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(5.855)	77	(26)	-	(5.804)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(5.603)	59	(9)	-	(5.553)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	2.192	55	(35)	-	2.212
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(5.643)	108	(80)	-	(5.615)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	4.104	28	(4)	-	4.128
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	3.167	39	(14)	-	3.192
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(3.100)	36	(56)	-	(3.120)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(2.252)	31	(9)	-	(2.230)
Centrais Eólicas Calianira S.A. - Em recuperação judicial	(473)	25	(23)	-	(471)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(1.731)	28	(15)	-	(1.718)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(358)	14	(9)	-	(353)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(52)	27	(24)	-	(49)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	17.835	982	(243)	-	18.574
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(33.739)	3.144	(3.987)	-	(34.582)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.539)	450	(418)	-	(1.507)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	-	8	(9)	-	(1)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	67.881	9	(1.290)	-	66.600
SF 120 Participações Societárias S.A. ²	-	4	(124)	120	-
Outras participações ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(233.326)	-	5.979	-	(227.347)
Total	157.111	7.833	(32.040)	(7.881)	125.023

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.

Nota 2: Saldo dos investimentos transferido para ativos circulantes mantidos para venda (nota 28).

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$305.777 (R\$311.226, em 31 de dezembro de 2021).

- Continua -

- Continuação -

Companhia	31/12/2020	Adições	AFAC	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Transferência para ativo mantidos para venda	31/03/2021
PCH							
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	-	-	-	-	6.750	(6.750)	-
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	(12)	7	7	-	(2)	-	-
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	960.249	-	-	10.290	22.051	-	992.590
Eólico							
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	(208.298)	107.030	355.519	-	(18.140)	-	236.111
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial	2.918	1.604	54	-	(5.149)	-	(573)
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial	(2.459)	1.764	57	-	(1.157)	-	(1.795)
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial	(2.028)	1.814	437	-	(5.083)	-	(4.860)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial	(3.397)	2.607	104	-	(6.303)	-	(6.989)
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial	(3.606)	1.924	58	-	5.977	-	4.353
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial	(2.092)	1.556	47	-	(724)	-	(1.213)
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial	(9.992)	1.802	59	-	5.027	-	(3.104)
Centrais Eólicas Cansanção S.A. - Em recuperação judicial	(1.766)	1.199	38	-	(790)	-	(1.319)
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial	(4.118)	1.983	58	-	(4.690)	-	(6.767)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial	(11.782)	1.972	100	-	3.503	-	(6.207)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial	4.200	1.541	655	-	(4.459)	-	1.937
Centrais Eólicas Putumaju S.A. - Em recuperação judicial	(3.391)	1.340	485	-	(3.564)	-	(5.130)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial	(4.395)	925	33	-	7.389	-	3.952
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial	(5.460)	1.116	73	-	7.281	-	3.010
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial	(1.162)	1.012	45	-	(3.260)	-	(3.365)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial	(5.524)	828	569	-	2.103	-	(2.024)
Centrais Eólicas Calíandra S.A. - Em recuperação judicial	(3.514)	541	399	-	2.222	-	(352)
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial	(3.339)	632	244	-	863	-	(1.600)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial	(715)	526	37	-	(176)	-	(328)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial	(783)	584	51	-	144	-	(4)
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial	(3.249)	13.294	794	-	(461)	-	10.378
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial	(25.534)	1.876	1.595	-	(3.282)	-	(25.345)
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	(44)	34	21	-	(11)	-	-
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	(1.720)	800	105	-	(166)	-	(981)
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	(164)	94	21	-	(21)	-	(70)
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	(110)	56	21	-	(1)	-	(34)
Renovapar S.A. - Em recuperação judicial	(212)	212	-	-	-	-	-
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	71.490	1.318	-	-	(506)	-	72.302
SF 120 Participações Societárias S.A.	-	161	-	-	(42)	(119)	-
Outras participações(1)	(61)	38	45	-	(21)	-	1
Comercialização							
Renova Comercializadora de Energia S.A. - Em recuperação judicial	(169.760)	-	-	-	(7.353)	-	(177.113)
Total	560.170	152.190	361.731	10.290	(2.051)	(6.869)	1.075.461

Nota 1: Demais empresas listadas na Nota 1.



10.4 Movimentação dos dividendos a receber

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	42.724
Dividendos propostos	40.800	-
Dividendos recebidos	(40.800)	-
Saldo em 31 de março de 2021	<u>-</u>	<u>42.724</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022	-	27.139

Controladora: o saldo de R\$27.139, em 31 de março de 2022, refere-se a dividendos a receber da controlada Enerbras.

Consolidado: a movimentação do consolidado do período anterior contempla os dividendos propostos e recebidos da então controlada indireta Brasil PCH.

11. Imobilizado

11.1 Consolidado

		31/03/2022			31/12/2021		
	Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Terrenos		595	-	595	595	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	(27.879)	67.918	95.797	(27.879)	67.918
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	122.460	(16.223)	106.237	46.336	(15.693)	30.643
Máquinas e equipamentos	4%	527.211	(28.420)	498.791	65.015	(25.192)	39.823
Móveis e utensílios	10%	271	(131)	140	142	(131)	11
Equipamento de informática	17%	245	(245)	-	245	(245)	-
Torres de medição	20%	22.692	(22.604)	88	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.641)	98	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.372)	-
Outros	14%	16	(16)	-	16	(15)	1
		775.398	(101.531)	673.867	236.949	(97.751)	139.198
Sistema de transmissão e conexão							
Máquinas e equipamentos	7%	110.695	(775)	109.920	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado							
		(279.593)	-	(279.593)	-	-	-
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.355)	1.001	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(189)	665	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.131	(1.902)	229	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.659	(3.335)	324	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	3.861	(3.618)	243	3.838	(3.606)	232
		15.861	(13.399)	2.462	15.836	(13.202)	2.634
Estoques							
Almoxarifado geral		153	-	153	153	-	153
Total do imobilizado em serviço		622.514	(115.705)	506.809	252.938	(110.953)	141.985
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		626.501	-	626.501	714.141	-	714.141
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		10.553	-	10.553	12.092	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias		226.364	-	226.364	301.655	-	301.655
Móveis e utensílios		-	-	-	105	-	105
Torres de medição		3.745	-	3.745	4.857	-	4.857
Aerogeradores		1.212.275	-	1.212.275	1.536.592	-	1.536.592
Equipamentos de subestação		282.530	-	282.530	363.131	-	363.131
Adiantamentos a fornecedores		59.505	-	59.505	64.169	-	64.169
Estoques		18.652	-	18.652	15.290	-	15.290
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(1.078.149)	-	(1.078.149)	(1.357.742)	-	(1.357.742)
Total do imobilizado em curso		1.363.038	-	1.363.038	1.655.352	-	1.655.352
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		51.075	(13.402)	37.673	48.647	(13.093)	35.554
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.2)		(282.091)	-	(282.091)	(275.592)	-	(275.592)
Total imobilizado		1.754.536	(129.107)	1.625.429	1.681.345	(124.046)	1.557.299

11.2 Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2021	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2022
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	76.124	76.124
Máquinas e equipamentos	-	-	-	462.196	462.196
Móveis e utensílios	-	-	-	129	129
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	538.449	567.252
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos de transmissão	-	-	-	110.695	110.695
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	-	-	-	(279.593)	(279.593)
	28.803	-	-	369.551	398.354
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	2	-	-	2.131
Softwares	3.659	-	-	-	3.659
Equipamento de informática	3.838	8	-	15	3.861
	15.836	10	-	15	15.861
Total do imobilizado em serviço - custo	44.639	10	-	369.566	414.215
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(530)	-	-	(530)
Máquinas e equipamentos	-	(3.229)	-	-	(3.229)
Torres de medição	(22.591)	(13)	-	-	(22.604)
Equipamentos de medição	(3.633)	(8)	-	-	(3.641)
Equipamentos de torres	(2.372)	-	-	-	(2.372)
	(28.596)	(3.780)	-	-	(32.376)
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	-	(775)	-	-	(775)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(131)	-	-	(4.355)
Benfeitorias	(181)	(8)	-	-	(189)
Móveis e utensílios	(1.874)	(28)	-	-	(1.902)
Softwares	(3.317)	(18)	-	-	(3.335)
Equipamento de informática	(3.606)	(12)	-	-	(3.618)
	(13.202)	(197)	-	-	(13.399)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.798)	(4.752)	-	-	(46.550)
Total do imobilizado em serviço	2.841	(4.742)	-	369.566	367.665

- Continua -

- Continuação -

	31/12/2021	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2022
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	598.112	13.745	(5.382)	(101.385)	505.090
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	12.092	-	-	(1.539)	10.553
Edificações, obras civis e benfeitorias	301.655	652	-	(75.943)	226.364
Móveis e utensílios	105	25	-	(130)	-
Torres de medição	4.857	81	-	(1.193)	3.745
Aerogeradores	1.536.592	35.130	-	(359.447)	1.212.275
Equipamentos de subestação	363.131	10.933	-	(91.534)	282.530
Adiantamentos a fornecedores	64.169	13.505	-	(18.169)	59.505
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.354.795)	-	-	279.593	(1.075.202)
	1.526.980	74.071	(5.382)	(369.747)	1.225.922
Estoques					
Almoxarifado geral	15.290	3.362	-	-	18.652
Total do imobilizado em curso	1.542.270	77.433	(5.382)	(369.747)	1.244.574
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	16.086	2.428	(1.117)	-	17.397
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(3.898)	(309)	-	-	(4.207)
Total direito de uso	12.188	2.119	(1.117)	-	13.190
Total do imobilizado	1.557.299	71.448	(6.499)	(181)	1.625.429

	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificações entre rubricas ¹	31/03/2021
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.778	-	-	-	3.778
	15.445	4	-	-	15.449
Estoques					
Almoxarifado geral	-	15	(15)	-	-
Total do imobilizado em serviço - custo	44.248	19	(15)	-	44.252
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(12)	-	-	(22.554)
Equipamentos de medição	(3.600)	(8)	-	-	(3.608)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	(28.512)	(22)	-	-	(28.534)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(134)	-	-	(3.825)
Benfeitorias	(146)	(9)	-	-	(155)
Móveis e utensílios	(1.718)	(46)	-	-	(1.764)
Softwares	(3.311)	(1)	-	-	(3.312)
Equipamento de informática	(3.552)	(15)	-	-	(3.567)
	(12.418)	(205)	-	-	(12.623)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.930)	(227)	-	-	(41.157)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(208)	(15)	-	3.095
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	528.964	2.755	50.274	(10.453)	571.540
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	9.070	-	3.022	-	12.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.900	-	32.216	-	273.116
Torres de medição	3.440	-	1.126	-	4.566
Aerogeradores	1.483.661	240	7.584	-	1.491.485
Equipamentos de subestação	304.316	64	15.853	10.430	330.663
Adiantamentos a fornecedores	679	2.543	-	(250)	2.972
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.292.351)	-	(56.156)	-	(1.348.507)
Total do imobilizado em curso	1.279.741	5.602	53.919	(273)	1.338.989
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	15.380	1.300	(615)	-	16.065
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(2.638)	(257)	(32)	-	(2.927)
Total direito de uso	12.742	1.043	(647)	-	13.138
Total do imobilizado	1.295.801	6.437	53.257	(273)	1.355.222

11.3 Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	31/03/2022			31/12/2021		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.604)	88	22.692	(22.591)	101
Equipamentos de medição	20%	3.739	(3.641)	98	3.739	(3.633)	106
Equipamentos de torres	20%	2.372	(2.372)	-	2.372	(2.372)	-
		<u>28.803</u>	<u>(28.617)</u>	<u>186,00</u>	<u>28.803</u>	<u>(28.596)</u>	<u>207</u>
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(4.355)	1.001	5.356	(4.224)	1.132
Benfeitorias	4%	854	(189)	665	854	(181)	673
Móveis e utensílios	10%	2.131	(1.902)	229	2.129	(1.874)	255
Softwares	20%	3.659	(3.335)	324	3.659	(3.317)	342
Equipamento de informática	20%	3.843	(3.600)	243	3.820	(3.587)	233
		<u>15.843</u>	<u>(13.381)</u>	<u>2.462,00</u>	<u>15.818</u>	<u>(13.183)</u>	<u>2.635</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>44.646</u>	<u>(41.998)</u>	<u>2.648,00</u>	<u>44.621</u>	<u>(41.779)</u>	<u>2.842</u>
Imobilizado em curso							
Geração							
A ratear		32.126	-	32.126	28.040	-	28.040
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Terrenos		50	-	50	50	-	50
Adiantamentos a fornecedores		18	-	18	26	-	26
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>	<u>(1.185)</u>	<u>-</u>	<u>(1.185)</u>
Total do imobilizado em curso		<u>32.071</u>	<u>-</u>	<u>32.071</u>	<u>27.993</u>	<u>-</u>	<u>27.993</u>
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		24.364	(10.243)	14.121	22.264	(10.062)	12.202
Transferência para ativos mantidos para venda (Nota 28.1)		<u>(43.093)</u>	<u>-</u>	<u>(43.093)</u>	<u>(38.010)</u>	<u>-</u>	<u>(38.010)</u>
Total imobilizado		<u>57.988</u>	<u>(52.241)</u>	<u>5.747</u>	<u>56.868</u>	<u>(51.841)</u>	<u>5.027</u>

11.4 Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2021	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Transferência para ativos mantidos para venda	31/03/2022
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.129	2	-	-	2.131
Softwares	3.659	-	-	-	3.659
Equipamento de informática	3.820	8	15	-	3.843
	15.818	10	15	-	15.843
Total do imobilizado em serviço - custo	44.621	10	15	-	44.646
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.591)	(13)	-	-	(22.604)
Equipamentos de medição	(3.633)	(8)	-	-	(3.641)
Equipamentos de torres	(2.372)	-	-	-	(2.372)
	(28.596)	(21)	-	-	(28.617)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(4.224)	(131)	-	-	(4.355)
Benfeitorias	(181)	(8)	-	-	(189)
Móveis e utensílios	(1.874)	(28)	-	-	(1.902)
Softwares	(3.317)	(18)	-	-	(3.335)
Equipamento de informática	(3.587)	(13)	-	-	(3.600)
	(13.183)	(198)	-	-	(13.381)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(41.779)	(219)	-	-	(41.998)
Total do imobilizado em serviço	2.842	(209)	15	-	2.648
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.101	4.133	(46)	(4.031)	2.157
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	26	7	(15)	-	18
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	2.054	4.140	(61)	(4.031)	2.102
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.473	2.099	-	(1.052)	3.520
(-) Amortização contratos de arrendamento	(2.342)	(181)	-	-	(2.523)
	131	1.918	-	(1.052)	997
Total do imobilizado	5.027	5.849	(46)	(5.083)	5.747



	31/12/2020	Adições	Transferência para ativos mantidos para venda	Reclassificação	31/03/2021
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.739	-	-	-	3.739
Equipamentos de torres	2.372	-	-	-	2.372
	28.803	-	-	-	28.803
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.118	4	-	-	2.122
Softwares	3.339	-	-	-	3.339
Equipamento de informática	3.760	-	-	-	3.760
	15.427	4	-	-	15.431
Total do imobilizado em serviço - custo	44.230	4	-	-	44.234
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.542)	(12)	-	-	(22.554)
Equipamentos de medição	(3.600)	(8)	-	-	(3.608)
Equipamentos de torres	(2.370)	(2)	-	-	(2.372)
	(28.512)	(22)	-	-	(28.534)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(3.691)	(134)	-	-	(3.825)
Benfeitorias	(146)	(9)	-	-	(155)
Móveis e utensílios	(1.718)	(46)	-	-	(1.764)
Softwares	(3.311)	(1)	-	-	(3.312)
Equipamento de informática	(3.534)	(15)	-	-	(3.549)
	(12.400)	(205)	-	-	(12.605)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(40.912)	(227)	-	-	(41.139)
Total do imobilizado em serviço	3.318	(223)	-	-	3.095
Imobilizado em curso					
Geração					
A ratear	2.469	911	(886)	(23)	2.471
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	11	-	-	-	11
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(1.185)	-	-	-	(1.185)
Total do custo do imobilizado em curso	2.407	911	(886)	(23)	2.409
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	2.261	346	(322)	-	2.285
(-) Amortização contratos de arrendamento	(1.599)	(129)	-	-	(1.728)
	662	217	(322)	-	557
Total do imobilizado	6.387	905	(1.208)	(23)	6.061

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no período.

11.5 Imobilização em serviço

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em serviço existente em 31 de março de 2022 referente as PCHs da Espra foi transferido para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.6 Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em projetos hídricos, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL. Registram também os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento.

Conforme mencionado na Nota 28, o saldo de imobilizado em curso existente em 31 de março de 2022 referente a determinados projetos em desenvolvimento foram transferidos para rubrica de ativos mantidos para venda.

11.7 Composição do imobilizado por projeto

Em 31 de março de 2022 o imobilizado em curso consolidado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A ⁽¹⁾			
ACL (Light I) ⁽²⁾	1.737.562	(701.732)	1.035.830
LER 2013	292.009	(136.121)	155.888
	<u>2.029.571</u>	<u>(837.853)</u>	<u>1.191.718</u>
Alto Sertão III - Fase B ⁽³⁾			
ACL (Light II)	66.323	(34.403)	31.920
ACL (Mercado livre II)	40.587	(21.753)	18.834
	<u>106.910</u>	<u>(56.156)</u>	<u>50.754</u>
Outros			
ACL (Mercado livre I)	111.642	(110.212)	1.430
Outras imobilizações em curso ⁽⁴⁾	124.048	(3.485)	120.563
Transferência para ativos mantidos para venda	(121.946)	3.485	(118.461)
Total do imobilizado em curso	<u>2.138.583</u>	<u>(894.009)</u>	<u>1.244.574</u>

Nota 1: A Companhia retomou as obras para a conclusão dos parques eólicos do Alto Sertão III – Fase A e estima que esses parques entrarão em operação comercial até setembro de 2022 (nota 1.1).

Nota 2: Os ativos relacionados ao LER 2014 encontram-se alocados, para fins contábeis, na linha “ACL (Light 1)” acima.



Nota 3: Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação continua pendente de julgamento por parte da ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. Conforme divulgado na Nota 17.a, a Companhia mantém provisão de R\$61.080 no período findo em 31 de março de 2022, para fazer face às penalidades impostas pela ANEEL em decorrência do cancelamento dessas outorgas.

Nota 4: Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

11.8 Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e inventários de PCH periodicamente. Após revisão de seu portfólio de projetos eólicos e de pequenas centrais hidrelétricas, a Companhia concluiu que em 31 de março de 2022 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

11.9 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Em 31 de março de 2022, a Companhia procedeu a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado utilizando o método do valor em uso dos ativos e considerando a taxa de desconto nominal (calculada pela metodologia *wacc*) utilizada para calcular o valor presente dos fluxos de caixa dos projetos de 7,32% ao ano, e não identificou necessidade de complementar a provisão anteriormente constituída (R\$1.357.742 em 31 de março de 2022).

11.10 Bens dados em garantia

As controladas indiretas Espra e Diamantina possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.679.941, conforme Nota 14.3.

11.11 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia estima um custo aproximado de R\$57.000, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

12. Direito de uso – Arrendamentos

Para o exercício findo em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas identificaram 1.788 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma IFRS 16, sendo 1.632 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento, 135 aos parques eólicos em construção e 14 às PCHs em operação e ainda 7 contratos de aluguel de sedes administrativas.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

Ativo	31/03/2022		Passivo	31/03/2022	
	Consolidado	Controladora		Consolidado	Controladora
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	10.331	6.095
Direito de uso do ativo arrendado	51.075	24.364	(-) Juros a apropriar	(4.978)	(1.462)
(-) Direito de uso - contrato de Arrendamento	(14.458)	(10.243)	Total do passivo circulante	5.353	4.633
	36.617	14.121	Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	82.057	11.607
			(-) Juros a apropriar	(48.724)	(2.579)
			Total do passivo não circulante	33.333	9.028
Transferência para ativos mantidos para venda	(23.427)	(13.124)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(24.070)	(12.566)
Ativo total	13.190	997	Passivo total	14.616	1.095

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Consolidado	Controladora
Despesa		
Amortização direito de uso	309	182
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.332	443
Total	1.641	625



Em 31 de março de 2022, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
<u>Circulante</u>		
abr/2022 a mar/2023	4.978	10.331
<u>Não circulante</u>		
abr/2023 a mar/2024	4.358	8.579
abr/2024 a mar/2025	3.859	7.371
abr/2025 a mar/2026	3.511	5.227
abr/2026 a mar/2027	3.334	4.359
abr/2027 a mar/2028	3.184	4.355
abr/2028 a mar/2033	12.914	21.168
abr/2033 a mar/2038	8.354	11.529
abr/2038 a mar/2043	6.303	10.113
abr/2043 a mar/2048	2.670	7.621
abr/2048 a mar/2053	237	1.734
	<u>48.724</u>	<u>82.056</u>
Total	<u>53.702</u>	<u>92.387</u>

13. Fornecedores

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores		78.253	83.215	4.695	12.426
Fornecedores recuperação judicial		207.865	233.020	28.538	52.035
		<u>286.118</u>	<u>316.235</u>	<u>33.233</u>	<u>64.461</u>
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	28.2	(1.549)	(1.079)	-	-
		<u>284.569</u>	<u>315.156</u>	<u>33.233</u>	<u>64.461</u>
Apresentados como:					
Circulante		90.131	115.880	7.130	33.057
Não circulante		194.438	199.276	26.103	31.404
Total		<u>284.569</u>	<u>315.156</u>	<u>33.233</u>	<u>64.461</u>

Em 31 de março de 2022 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, totaliza R\$207.865 (consolidado), sendo R\$1.653 - Classe I, R\$205.539 - Classe III e R\$673 - Classe IV. Na controladora o total é R\$28.538, sendo, R\$1.653 - Classe I, R\$26.539 - Classe III e R\$346 - Classe IV.



14. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

14.1 Consolidado

		Consolidado													
		31/03/2022							31/12/2021						
Custo da Dívida		Circulante			Não circulante			Total geral	Circulante			Não circulante			Total geral
		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	
Moeda Nacional															
FNE - Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Espra ^(14.6.a)	9,5% a.a. (8,08% a.a.) ^a	815	11.126	11.941	2.606	36.161	38.767	50.708	298	11.643	11.941	2.806	38.943	41.749	53.690
BNDES - Ponte I Diamantina Eólica (Subcrédito "C") ^(14.6.c)	100% CDI ^b	68	-	68	10.474	315.034	325.508	325.576	90	-	90	2.780	315.034	317.814	317.904
Banco Bradesco ^(14.6.d)	100% CDI ^b	75	-	75	35.301	323.034	358.335	358.410	63	-	63	26.866	323.034	349.900	349.963
Banco Itaú ^(14.6.d)	100% CDI ^b	28	-	28	12.915	118.183	131.098	131.126	23	-	23	9.829	118.183	128.012	128.035
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	18	-	18	8.697	79.585	88.282	88.300	16	-	16	6.619	79.585	86.204	86.220
Banco ABC ^(14.6.d)	100% CDI ^b	12	-	12	5.166	47.273	52.439	52.451	9	-	9	3.932	47.273	51.205	51.214
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	47.974	171.027	219.001	-	-	-	219.001	37.567	171.027	208.594	-	-	-	208.594
Citibank ^(14.6.d)	100% CDI ^b	1.550	43.222	44.772	-	-	-	44.772	486	43.222	43.708	-	-	-	43.708
Banco Bradesco ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	61	4.638	4.699	4.701	2	-	2	48	4.638	4.686	4.688
Banco Itaú ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	2	-	2	61	4.504	4.565	4.567	2	-	2	49	4.504	4.553	4.555
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	32	2.557	2.589	2.590	1	-	1	26	2.557	2.583	2.584
		50.545	225.375	275.920	75.313	930.969	1.006.282	1.282.202	38.557	225.892	264.449	52.955	933.751	986.706	1.251.155
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 28.2)		(815)	(11.126)	(11.941)	(2.606)	(36.161)	(38.767)	(50.708)	(298)	(11.643)	(11.941)	(2.806)	(38.943)	(41.749)	(53.690)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		49.730	214.249	263.979	72.707	894.808	967.515	1.231.494	38.259	214.249	252.508	50.149	894.808	944.957	1.197.465

a) 15% de bônus de adimplência.

b) As taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

Em 31 de março de 2022 a dívida total que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$967.721, sendo, R\$955.863 da Classe II e R\$11.858 da Classe III. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.3.

14.2 Controladora

14.2.1 Empréstimos

		31/03/2022						
		Circulante			Não circulante			Total geral
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	47.974	171.027	219.001	-	-	-	219.001
Citibank ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	1.550	43.222	44.772	-	-	-	44.772
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	32	2.557	2.589	2.590
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		49.525	214.249	263.774	32	2.557	2.589	266.363

		31/12/2021						
		Circulante			Não circulante			Total geral
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
BTG Pactual ^(14.6.d)	155% CDI	37.567	171.027	208.594	-	-	-	208.594
Citibank ^(14.6.d)	0,5% a.a. + TR ^b	486	43.222	43.708	-	-	-	43.708
Banco Safra ^(14.6.b)	0,5% a.a. + TR ^b	1	-	1	26	2.557	2.583	2.584
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS		38.054	214.249	252.303	26	2.557	2.583	254.886

b) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

14.2.2 Debêntures privadas

14.2.2.1 Ativo

		Circulante		
		31/03/2022		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	249	167.617	167.866

Em 22 de fevereiro de 2022 a controlada Renova Comercializadora realizou a primeira emissão privada de debêntures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pela Companhia, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 31/03/2022</u>
22/02/2022	Renova Energia	1ª	178.591	31/12/2022	167.866

14.2.2.2 Passivo

		Não circulante					
		31/03/2022			31/12/2021		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	315	59.807	60.122	143	59.807	59.950

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas que integram o Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:



Data	Subscritor	Emissão privada	Valor	Vencimento	Saldo em 31/03/2022
05/04/2021	Fase B	8ª	50.730	24/03/2025	51.009
03/09/2021	Fase B	10ª	9.077	03/09/2026	9.113
			<u>59.807</u>		<u>60.122</u>

14.3 Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de março 2022, é garantido da seguinte forma:

	BNB (nota 14.6.a)	BNDES (nota 14.6.c)	Banco BTG (nota 14.6.d)	Total
Recebíveis da Espra	427.810	-	427.810	427.810
Penhor de ações da Enerbras	134.213	-	134.213	134.213
Hipoteca/alienação de bens do ativo imobilizado	132.093	1.547.848	132.093	1.679.941
Caução em dinheiro (Nota 9)	12.615	-	-	12.615
Total	<u>706.731</u>	<u>1.547.848</u>	<u>694.116</u>	<u>2.254.579</u>

As demais garantias relacionadas aos financiamentos estão descritas na Nota 14.6.

14.4 Movimentação

a. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.109.057</u>	<u>88.408</u>	<u>1.197.465</u>	<u>216.806</u>	<u>38.080</u>	<u>254.886</u>
Provisão dos encargos financeiros	-	35.121	35.121	-	11.477	11.477
Encargos financeiros pagos	-	(1.259)	(1.259)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.815)	-	(2.815)	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	34	(34)	-	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2.781	201	2.982	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	<u>1.109.057</u>	<u>122.437</u>	<u>1.231.494</u>	<u>216.806</u>	<u>49.557</u>	<u>266.363</u>

- Continua -

- Continuação -

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.406.509	56.593	1.463.102	362.618	17.730	380.348
Empréstimos obtidos	362.465	-	362.465	-	-	-
Provisão dos encargos financeiros	-	14.715	14.715	-	2.649	2.649
Encargos financeiros pagos	-	(1.407)	(1.407)	-	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(2.782)	-	(2.782)	-	-	-
Incorporação de juros ao principal	(151)	151	-	(151)	151	-
Custo de captação	(14.392)	-	(14.392)	-	-	-
Apropriação dos custos de captação	124	-	124	-	-	-
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	2.782	184	(65.606)	-	-	-
Saldos em 31 de março de 2021	1.754.555	70.236	1.756.219	362.467	20.530	382.997

b. A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora					
	Ativo			Passivo		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	51.000	127	51.127
Captação de debêntures privadas	-	-	-	389.129	-	389.129
Encargos financeiros provisionados	-	-	-	-	136	136
Saldos em 31 de março de 2021	-	-	-	440.129	263	440.392
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	59.807	143	59.950
Emissão de debêntures privadas	178.591	-	178.591	-	-	-
Amortização	(10.974)	-	(10.974)	-	-	-
Encargos financeiros provisionados	-	249	249	-	172	172
Saldos em 31 de março de 2022	167.617	249	167.866	59.807	315	60.122

14.5 Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.3):

Vencimento	31/03/2022	
	Consolidado	Controladora
abr/2023 a dez/2023	48.375	129
jan/2024 a dez/2024	48.375	129
jan/2025 a dez/2025	48.377	130
jan/2026 a dez/2026	48.377	130
jan/2027 a dez/2027	48.377	130
jan/2028 a dez/2032	721.782	1.100
jan/2033 a dez/2036	3.852	841
Total	967.515	2.589

14.6 Resumo dos contratos

a. Contrato BNB

A controlada indireta Espra, com interveniência da controlada Enerbras, obteve financiamento com o BNB em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096, com vencimento em 30 de junho de 2026.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$132.093), o penhor de ações da Enerbras (R\$126.258), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Espra, no valor de R\$427.810 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$12.615, em 31 de março de 2022, que deverá ser mantida durante todo o prazo da operação de financiamento (Nota 9). O contrato de financiamento com o BNB não exige índices financeiros para vencimentos antecipados da dívida.

b. Banco Safra

Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Centrais Elétrica Itaparica S.A. – em recuperação judicial (“Itaparica”), a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) decretou vencimento antecipado do débito, tendo o Banco Safra, na qualidade de fiador, honrado a integridade da dívida, utilizando R\$6.097 recursos da Companhia aplicados em CDB no mesmo banco e se sub-rogando no saldo remanescente de R\$2.557, listado em nome da FINEP, na Classe III, na lista de credores do plano de recuperação judicial. Contudo, o Banco Safra ingressou com execução de título extrajudicial fundamentado na sub-rogação e extraconcursalidade do crédito.

A Companhia opôs embargos à execução que foram julgados improcedentes, possibilitando o prosseguimento da execução com o bloqueio de ativos em 18 de fevereiro de 2022 no valor de R\$ 3.591. A Companhia recorreu da referida decisão e distribuiu incidente com pedido de efeito suspensivo junto ao Tribunal, tendo sido indeferido o efeito suspensivo, restando pendente o julgamento do recurso de apelação. Em 20 de abril de 2022 ocorreu novo bloqueio de ativos no valor de R\$ 616 relativamente a (i) atualização do valor devido e (ii) o valor de honorários de sucumbência. Embora, anteriormente, o juízo recuperacional tenha decidido pela

concursabilidade do crédito, o Banco Safra interpôs recurso, que foi provido declarando sua extraconcursabilidade. A Companhia também interpôs Recurso Especial contra a referida decisão que está pendente de julgamento.

c. BNDES (Empréstimo ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A” no valor de R\$140.000 e Subcrédito “B” no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito “B” com a criação do subcrédito “C” no valor de R\$163.963.

Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos, mediante a sub-rogação desses bancos nos mesmos direitos do BNDES no referido Contrato de Financiamento.

A dívida com esse banco foi repactuada no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe II).

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”), Diamantina e das SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) originalmente, fianças bancárias, as quais já foram executadas conforme mencionado acima.

d. Outros empréstimos – capital de giro

Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A.: Em 19 de julho de 2019, a controlada indireta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. Em razão do pedido de recuperação judicial da controlada Diamantina, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a então controladora Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 17) restando um saldo a pagar em favor dos Bancos de R\$9.412, bem como um saldo no valor de R\$15.962 perante a Light pela sub-rogação nos direitos da CCB.

As dívidas com os bancos mencionados no parágrafo anterior foram repactuadas no âmbito do plano de recuperação judicial (Classe III).

Banco Citibank S.A.: em 24 de março de 2016, a Companhia assinou Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) com o Banco Citibank S.A., no valor principal de R\$120.500 com vencimento em 31 de janeiro de 2017 e juros de 4,5% a.a. acrescida de 100% do CDI. Essa dívida foi renegociada pela Companhia, que em 23 de julho de 2019, assinou com o Citibank, uma nova CCB no valor de R\$185.614, atualizada a 155% a.a. do CDI, com prazo total de 6 anos, sendo 1 ano de carência de principal.

Em 18 de dezembro de 2020 as partes assinaram o instrumento particular de transação, que dentre outras coisas i) reconhece natureza extraconcursal da integralidade do crédito do Citibank proveniente da CCB, ii) altera os

juros remuneratórios para 100% do CDI desde a data do pedido de recuperação judicial, iii) determina o pagamento imediato de R\$10.000, cujo recurso foi disponibilizado em conta determinada pelo Citibank, e iv) amortização da dívida com recursos oriundos da venda de ativos.

Banco BTG Pactual S.A.: em 29 de junho e 23 de agosto de 2017, a Companhia assinou dois instrumentos Particular de Transação e Confissão de Dívida (CD 8/17 e 14/17) com o Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$54.228 e R\$89.323, respectivamente. Em 3 de maio de 2019, a Companhia assinou o 2º e 1º aditivos a esses instrumentos estabelecendo as seguintes condições de pagamento: o valor do principal da dívida será pago em 20 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, após o período de carência de 1 ano a contar de 3 de maio de 2019. O principal está sujeito a juros remuneratórios de 155% a.a. do CDI. Considerando a natureza extraconcursal do crédito, essa dívida não está sujeita a recuperação judicial e será amortizada com recursos oriundos da venda da UPI Enerbras (Notas 1.2.1).

São garantias a essa operação a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Enerbras detidas pela Companhia, penhor em 2º grau da totalidade das ações de emissão da Espra, penhor em 2º grau dos direitos emergentes das PCHs do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata e hipoteca em 2º grau dos imóveis do Complexo Hidroelétrico Serra da Prata.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento, mesmo o Banco BTG não tendo decretado o vencimento antecipado da dívida, a Companhia reclassificou o saldo integral da dívida para o passivo circulante, conforme determina a norma contábil.

15. Tributos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar	566	2.922	-	-
CSLL a pagar	252	1.079	-	-
COFINS a recolher	266	145	28	103
PIS a recolher	56	25	5	18
Tributos sobre folha de pagamento	1.078	1.445	1.078	1.445
Tributos retidos de terceiros	2.208	3.517	355	858
Tributos sobre operações de mútuo	117	94	82	77
Tributos em parcelamento	19.732	21.002	9.921	10.419
Outros tributos a recolher	156	72	1	-
	24.431	30.301	11.470	12.920
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(520)	(361)	-	-
TOTAL	23.911	29.940	11.470	12.920
Apresentados como:				
Circulante	11.148	15.719	4.516	5.374
Não circulante	12.763	14.221	6.954	7.546
Total	23.911	29.940	11.470	12.920

O saldo referente a tributos em parcelamento da Controladora, no valor de R\$9.921 refere-se a: i) débitos de IRRF sobre as operações de mútuo incluídos no parcelamento simplificado junto à Receita Federal do Brasil no ano de 2019, optando pelo pagamento em 60 prestações, sem redução de juros, cujo saldo a pagar em 31 de março de 2022 corresponde a R\$ 2.590, ii) outros débitos de IRRF e IOF sobre operações de mútuo, parcelados



junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) em dezembro de 2020, através da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos, cujo saldo a pagar em 31 de março de 2022 é R\$ 962 e iii) parcelamento da controlada Chipley assumido pela Companhia com a incorporação, no montante de R\$6.369.

Em 2019, as controladas Renova Comercializadora de Energia e determinadas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III, incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF sobre as operações de mútuo no programa de parcelamento simplificado de débitos fiscais da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses, sem redução de juros.

Em dezembro de 2020, a controlada Renova Comercializadora de Energia parcelou débitos COFINS, IRRF e IOF sobre as operações de mútuo junto a PGFN por meio da transação excepcional, optando pelo pagamento em 84 prestações e com redução de até 50% de multa, juros e encargos. O total do montante de débitos parcelados pela controladas segue apresentado na linha de “Tributos em parcelamento” no consolidado no quadro acima.

Os saldos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a ESPRA.

16. Contas a pagar - CCEE/Eletrobrás (consolidado)

	Passivo	
	31/03/2022	31/12/2021
Circulante		
Eletrobras	12.203	12.890
CCEE	39.648	36.418
Total	51.851	49.308
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(12.203)	(12.890)
Total do circulante	39.648	36.418
Não circulante		
Eletrobras	11.741	13.776
CCEE	37.527	38.870
	49.268	52.646
Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda (Nota 28.2)	(11.741)	(13.776)
Total do não circulante	37.527	38.870
Total	77.175	75.288

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$34.126 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.3.

Eletrobrás

O Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a controlada indireta Espra e a Eletrobrás, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobrás, sendo a parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015. A controlada indireta Espra aderiu à repactuação do risco hidrológico referente às suas PCHs, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 14,32 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 16,89 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2022 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

16.1 Movimentação

A movimentação dos períodos está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Provisão/ Reversão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Atualização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda (nota 28.2)	31/03/2022
Eletrobras	-	627	-	(3.349)	-	2.722	-
CCEE	75.288	3.810	5.002	(8.275)	1.350	-	77.175
Total do passivo	75.288	4.437	5.002	(11.624)	1.350	2.722	77.175

	31/12/2020	Provisão	Multa sobre ressarcimento	Amortização	Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	31/03/2021
Eletrobras	-	876	-	(1.624)	748	-
CCEE	58.151	-	7.497	(2.520)	-	63.128
Total do passivo	58.151	876	7.497	(4.144)	748	63.128

17. Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Penalidades Regulatórias ^(a)	77.286	74.748	-	-
Outros ^(b)	117.141	117.659	112.351	112.391
Total	194.427	192.407	112.351	112.391
Transferência de passivo para ativo mantido para venda (nota 28.2)	(713)	(776)	-	-
Total	193.714	191.631	112.351	112.391
Apresentados como:				
Circulante	103.056	100.520	56.173	56.153
Não circulante	90.658	91.111	56.178	56.238
Total	193.714	191.631	112.351	112.391

(a) Refere-se a valores provisionados em favor da: i) ANEEL no montante de R\$61.080 referente as penalidades aplicadas pelo cancelamento das outorgas dos parques eólicos da Fase B do Complexo Eólico AS III, ocorrida em 4 de junho de 2019 e ii) CCEE no montante de R\$16.206 referente as penalidades aplicadas por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

(b) Refere-se, substancialmente a outras contas a pagar relacionados a: i) passivo com a AES, que será quitado pelo encontro de contas contra créditos futuros, no montante de R\$43.391, ii) negociação realizada com a Casa dos Ventos* no montante de R\$25.375, iii) valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 14.6, no montante atualizado de R\$16.106 (Classe III), iv) valores a pagar relacionados a processos cíveis e trabalhistas, que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.3, no montante de R\$28.410, sendo R\$89 na Classe I e R\$28.321, na Classe III e v) valor devido a Junto Seguros pelo pagamento de indenizações securitárias vinculadas às apólices de seguro-garantia em favor na ANEEL, pelo cancelamento das outorgas, dos parques Unha D'anta, Jurema Preta e Saboeiro, do Complexo Eólico AS III Fase A, no montante ajustado de R\$3.094.

Nota (*): Em agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a assinatura do Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida e Outras Avenças, sujeito a certas condições resolutivas com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. que assumiu a obrigação de quitar uma dívida da Companhia no valor de R\$43.000 junto ao Banco BTG Pactual decorrente do instrumento de confissão de dívida firmado entre Companhia e o BTG e em contrapartida de tal assunção, a Companhia cedeu em pagamento o projeto em desenvolvimento denominado Facheiro I. No momento, a maioria das condições precedentes da transação acima foram cumpridas, todavia não foram completamente concluídas, desta forma, a Companhia mantém um saldo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$25.375 em outras contas a pagar, aguardando o cumprimento total das condições precedentes que ainda restam pendentes para a conclusão integral da referida transação.

18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 31 de março de 2022, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$178.297 (2021, R\$181.068), sendo R\$73.796 (2021, R\$77.988) cíveis, R\$7.106 (2021, R\$7.422) trabalhistas, R\$96.795 (2021, R\$95.094) fiscais e R\$600 (2021, R\$564), administrativas. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 31 de março de 2022:



	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	77.988	7.422	95.094	564	181.068
Adição ^(a)	6	-	-	-	6
Atualização	892	240	1.701	36	2.869
Baixa ^(b)	(630)	(57)	-	-	(687)
Pagamento ^(c)	(4.460)	(499)	-	-	(4.959)
Saldos em 31 de março de 2022	73.796	7.106	96.795	600	178.297

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.825	8.772	92.291	438	2.500	132.826
Adição	4.626	-	-	-	-	4.626
Atualização	1.275	219	331	19	-	1.844
Baixa	(163)	-	-	-	-	(163)
Total	34.563	8.991	92.622	457	2.500	139.133
Honorários de êxito	1	3	-	4	-	8
Saldos em 31 de março de 2021	34.564	8.994	92.622	461	2.500	139.141

(a) refere-se substancialmente a constituição de provisão e complemento de provisão para ação cível ajuizada por terceiros e detalhada a seguir.

(b) refere-se substancialmente a reversão da provisão anteriormente constituída considerando a revisão e redução do valor das ações cíveis e trabalhistas.

(c) refere-se substancialmente a condenação da Companhia ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios incorridos pela AES, que totalizam R\$4.537 quitados em 02 de fevereiro de 2022, prazo previsto na sentença arbitral.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$707.292 (31 de dezembro de 2021, R\$640.808), sendo R\$700.898 (31 de dezembro de 2021, R\$636.409) cíveis, R\$4.664 (31 de dezembro de 2021, R\$1.519) administrativas e R\$1.731 trabalhistas (31 de dezembro de 2021, R\$2.879), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 31 de março de 2022.

Os processos classificados como perda provável e possível questionam principalmente os seguintes temas:

Prováveis

(i) Cíveis - refere-se basicamente a:

a) ação cível ajuizada pela Elite Serviços Administrativos e Processamento de Dados Ltda. que tem como objeto a execução do suposto descumprimento do contrato de prestação de serviço por parte da Companhia, para o qual a Companhia ingressou com ação declaratória para rescisão do contrato e reconhecimento do desequilíbrio contratual. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e mantiveram provisão de R\$15.496.

b) procedimento arbitral promovido pela LightCom Comercializadora de Energia S.A. ("LightCom") em face da Renova Comercializadora envolvendo o contrato de compra e venda de energia, celebrado entre as partes em 17 de outubro de 2013. A LightCom alega que a distribuição do pedido de recuperação judicial da Renova Comercializadora, em 16 de outubro de 2019, teve o condão de



rescindir o Contrato Light I (Cláusula 12.1.1), bem como impor o pagamento da multa prevista na Cláusula 13 e de perdas e danos. A Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a probabilidade de perda neste processo é provável e constituiu provisão de R\$51.682.

Em 15 de fevereiro de 2022, foi proferida a decisão final do procedimento arbitral promovido pela LightCom em face da controlada Renova Comercializadora perante a Câmara FGV de Mediação e Arbitragem (“Câmara FGV”) por meio da qual foi reconhecida a rescisão unilateral, pela LightCom, do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 17 de outubro de 2013, correspondente a 33,4 MW médios por mês produzidos por determinados Parques Eólicos do Complexo Alto Sertão III Fase A, destinados ao atendimento do mercado livre.

A Companhia ajuizou Conflito de Competência nº 186210 – SP (2022/0050986-9), a fim de suspender a eficácia da sentença do referido procedimento arbitral. Em 10 de março de 2022 o Superior Tribunal de Justiça deferiu a liminar **requerida determinando a reativação imediata do contrato**.

c) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$1.561 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

a) processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com diversos arrendantes cujo montante total corresponde a R\$362.328 (R\$362.328, 31 de dezembro de 2021) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Ademais, a Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.

b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$274.081 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

18.1 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia tem a informação de que ainda existem inquéritos policiais conduzidos pela Polícia Federal (“Operação “E o Vento Levou”) e o conduzido pela Polícia Civil de Minas Gerais (“Investigação Mineira”) ainda não finalizados. Em março de 2022, um dos inquéritos da Operação “E o Vento Levou” que se encontrava no Ministério Público Federal foi encaminhado à Justiça Federal de São Paulo. A Companhia continua à disposição para colaborar com as investigações, sem prejuízo de avaliar, com base nos resultados apurados, a conveniência e a oportunidade de recorrer aos mecanismos legais que forem adequados à proteção de seu patrimônio e de sua imagem perante nossos *stakeholders*.



Conforme amplamente divulgado, inclusive em exercícios anteriores, após investigações internas com empresa e escritório renomados (“Investigadores Independentes”) juntamente com o Comitê de Monitoramento nomeado pelo Conselho de Administração, foram identificadas irregularidades na condução e efetivação de determinados contratos. Em detida avaliação do relatório dos Investigadores Independentes, a Administração concluiu que dada as naturezas dos lançamentos contábeis de tais contratos em exercícios anteriores, não se tem qualquer produção de impacto nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2022.

Não obstante, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário (pendente de julgamento), após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, o auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais. Os advogados externos contratados pela Companhia avaliaram como provável o risco de perda na esfera administrativa na defesa da Companhia.

Os resultados das investigações internas deram ensejo ao fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia, mediante a criação, desde março de 2020, de uma Diretoria Independente de Governança, Riscos e Conformidade, com o objetivo de aprimoramento contínuo, avaliação detidas as operações e controle de suas atividades em seu mais alto grau de segurança.

Nesse sentido, a Companhia tem investido em diversos planos de ação contínuos:

- i. Aprimoramento do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Implementação de metas de gestão relacionadas a *Compliance* em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos principalmente relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Implementação de monitoramento de terceiros de alto risco;
- v. Comunicação e treinamento de colaboradores relacionadas ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção, LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aprimoramento do canal de denúncia e de procedimentos de apuração de denúncias, com a definição de consequências e medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;



- viii. Revisão de cláusulas de integridade nos contratos de aquisição de bens e serviços e de arrendamentos, permitindo um maior controle, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Obtenção de termos de adesão a Política Corporativa Anticorrupção e novo Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal;
- x. Reforço dos protocolos de segurança do trabalho com seus fornecedores e colaboradores nas obras e escritórios da Companhia contribuindo para minimização dos riscos de disseminação da COVID 19;
- xi. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware*;
- xii. Avaliação das práticas de ESG (ambiental, social e governança, em português), em linha com os requisitos do *Global Reporting Initiative* ("GRI") e planejamento estratégico da Companhia para avaliação de maturidade dos nossos indicadores ESG, com o objetivo de aprimoramento contínuo; e
- xiii. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia, sendo importante destacar que a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade tem reportado periodicamente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal a evolução dos indicadores de evolução do referido Programa e mantém o reporte das principais iniciativas de aprimoramento dos controles e ações implementadas até o momento aos auditores internos e externos, contribuindo assim para a transparência na evolução e efetividade do Programa.

Para além da conformidade com leis e regulamentos, a Companhia ciente do seu papel relevante para a transição energética para o segmento renovável no Brasil, está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas), a saber: 7 Energias Renováveis e Acessíveis, 13 Ação climática, 16 Paz, justiça e instituições eficazes e 11 Cidades e comunidades sustentáveis.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas abaixo relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- a. Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b. Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou



sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais). A Companhia promove a diversidade e atualmente conta com percentual de 36% de mulheres em posições de liderança.

- c. Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d. Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e. Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

19. Provisão para contrato oneroso

Em função do atraso da entrada em operação dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que atenderiam aos contratos no mercado livre, a controlada Renova Comercializadora mantém a obrigação dos contratos de compra e venda de energia com a CEMIG, cujos vencimentos estão previstos para agosto de 2035. O contrato está incluso no Plano de Recuperação Judicial. Considerando que o preço estabelecido nesse contrato estava inferior ao preço da energia que estava sendo comprada para atendê-lo, a Companhia identificou esse contrato como oneroso.

Em 31 de março de 2022 o saldo da provisão considerando os preços de compra de energia projetados e os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, ajustada a valor presente utilizando a taxa CDI é de R\$5.162, (R\$23.465, em 31 de dezembro de 2021), assim a Companhia realizou a reversão parcial da provisão no montante de R\$18.302.

20. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Capital social

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$3.349.936 dividido em 109.480.048 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 55.521.868 ações ordinárias e 53.958.180 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:



RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total de ações	% do Capital social total
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Bloco de Controle ¹	26.328.648	47,42%	1	0,00%	26.328.649	24,05%
Cemig GT	15.115.371	27,22%	1	0,00%	15.115.372	13,81%
CG II Fundo de Investimento	8.686.842	15,65%	-	0,00%	8.686.842	7,93%
Ricardo Lopes Delneri	1.642.183	2,96%	-	0,00%	1.642.183	1,50%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.193.220	52,58%	53.958.179	100,00%	83.151.399	75,95%
Ricardo Lopes Delneri	7.263.970	13,08%	15.344.215	28,44%	22.608.185	20,65%
Renato do Amaral Figueiredo ²	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Spectra Volpi Fundo de Investimento em participações Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
CG II Fundo de Investimento	27.359	0,05%	406.795	0,75%	434.154	0,40%
BNDESPAR	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Outros	13.728.226	24,73%	27.840.708	51,60%	41.568.934	37,97%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,00%	109.480.048	100,00%

Nota 1: Bloco de controle considera ações sujeitas ao acordo de acionistas

Nota 2: Possui 36.162 ações bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

c) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

21. Receita líquida

	Consolidado			
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
	MWh*	MWh*		
Geração				
Suprimento de energia elétrica - PCHs	32.523	19.757	13.111	12.249
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	-	-	9.464	-
Outras receitas				
Operações - comercialização de energia elétrica			10.624	11.877
			33.199	24.126
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(1.807)	(1.545)
Total			31.392	22.581

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

22. Custos e despesas (receitas)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Custo dos serviços				
Compra de energia ⁽¹⁾	24.037	16.750	-	-
Custo da operação				
Serviços de terceiros	2.973	841	-	-
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	1.421	-	-	-
Seguros	64	52	-	-
Material de uso e consumo	36	188	-	-
Repactuação do risco hidrológico	606	550	-	-
Outros custos	6	5	-	-
	5.106	1.636	-	-
Depreciações e amortizações (Nota 11)	4.555	22	21	22
Encargos do uso do sistema de distribuição				
Tusd/Tust ⁽²⁾	910	215	-	-
Taxa de fiscalização	43	34	-	-
	953	249	-	-
Total	34.651	18.657	21	22
Depesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	5.349	7.833	1.582	3.829
Serviços de terceiros	7.481	9.275	2.198	7.817
Aluguéis e arrendamentos	14	94	-	1
Viagens	482	122	19	14
Seguros	1.071	1.078	267	218
Telefonia e TI	743	657	95	145
Material de uso e consumo	208	116	37	19
Contingências cíveis e trabalhistas (Nota 18)	489	4.452	755	5.029
Outras despesas	626	725	143	176
	16.463	24.352	5.096	17.248
Depreciações e amortizações (Nota 12)	506	462	379	334
Outras (receitas) despesas líquidas				
Multa sobre ressarcimento (Nota 16.1)	3.581	7.497	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽³⁾	2.519	-	-	-
Tusd/Tust ⁽²⁾	3.906	3.567	-	-
Taxa de fiscalização	14	21	-	-
Licenças e estudos ambientais	216	227	-	-
Contrato oneroso (Nota 19)	(18.302)	1.030	-	-
Provisão (reversão) para perda a valor recuperável de crédito de pis/cofins	77	-	-	-
Outras despesas (receitas)	221	(38)	198	(8)
	(7.768)	12.304	198	(8)
Total	9.201	37.118	5.673	17.574

- (1) Refere-se a aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
- (2) TUSD - tarifa de uso do sistema de distribuição e TUST - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de TUST registrados nas despesas estão relacionados aos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III que ainda não entraram em operação comercial.
- (3) Refere-se substancialmente a penalidades aplicadas pela CCEE por insuficiência de lastro dos parques do LER 2013 e LER 2014.

23. Resultado financeiro

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		7.642	654	3.157	4
Outras receitas financeiras		301	82	616	28
(-) PIS/COFINS s/ receita financeira ¹		(342)	(33)	(175)	(2)
Total das receitas financeiras		7.601	703	3.598	30
Despesas financeiras					
Encargos da dívida	14.4	(35.121)	(14.715)	(11.477)	(2.649)
Juros - partes relacionadas	25	(20.406)	(5.545)	(20.614)	(5.545)
Juros		(614)	(1.298)	2.659	257
Atualização monetária contencioso		(2.562)	(1.844)	(2.025)	(1.802)
Juros sobre obrigação de arrendamento	12	(1.332)	(1.310)	(443)	(486)
IOF		(59)	(49)	(2)	-
Outras despesas financeiras		(124)	(223)	(68)	(181)
Total das despesas financeiras		(60.218)	(24.984)	(31.970)	(10.406)
Total do resultado financeiro		(52.617)	(24.281)	(28.372)	(10.376)

- (1) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas que são eliminadas no consolidado.

24. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(65.077)	(29.609)	(66.106)	(30.023)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	22.126	10.067	22.476	10.208
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(100)	(515)	(105)	(515)
Resultado da equivalência patrimonial	-	9.475	(10.894)	(697)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	1.380	1.518	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(2.330)	(7.561)	1.535	(2.764)
Prejuízo fiscal e base negativa	(22.105)	(13.398)	(13.012)	(6.232)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>(1.029)</u>	<u>(414)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Taxa efetiva	-2%	-1%	-	-

A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal do período	(38.272)	-
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	206.855
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	<u>(784.133)</u>	<u>(990.988)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(822.404)</u>	<u>(784.133)</u>

25. Transações com partes relacionadas

25.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado financeiro		Despesa	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	-	-	23.065	23.037	(35)	-	-	-
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	156.423	156.229	-	-	254	-	-	-
Subtotal	156.423	156.229	23.065	23.037	219	-	-	-
<u>Partes relacionadas^(5, 6, 7)</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	808.067	787.836	(20.406)	(4.405)	-	-
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	-	-	(731)	-	-
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	-	-	(409)	-	-
Subtotal	-	-	808.067	787.836	(20.406)	(5.545)	-	-
<u>Rateio de despesa⁽²⁾</u>								
Energética Serra da Prata S.A.	1.146	554	-	-	-	-	(1.161)	(1.267)
Renova Comercializadora de Energia S.A. - em recuperação judicial	2.717	2.413	-	-	-	-	(304)	(335)
Controladas - LER 2013	6.309	4.221	-	-	-	-	(2.088)	(934)
Controladas - ACL (Mercado livre I)	863	601	-	-	-	-	(262)	(139)
Controladas - ACL (Light I)	9.907	6.726	-	-	-	-	(3.181)	(1.492)
Controladas - ACL (Light II)	-	-	-	-	-	-	-	(75)
Controladas - ACL (Mercado livre II)	-	-	-	-	-	-	-	(50)
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	8.642	6.124	-	-	-	-	(2.518)	(966)
SF 120 Participações Societárias S.A.	235	571	-	-	-	-	(235)	(110)
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	1.152	816	-	-	-	-	(336)	(103)
Subtotal	30.971	22.026	-	-	-	-	(10.085)	(5.471)
Transferência para ativos mantidos para venda	(235)	(571)	-	-	-	-	-	-
Subtotal	30.736	21.455	-	-	-	-	(10.085)	(5.471)
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital⁽³⁾</u>								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	-	-	5.000	5.000	-	-	-	-
Total	187.159	177.684	836.132	815.873	(20.187)	(5.545)	(10.085)	(5.471)

25.2. Consolidado

	Consolidado			
	Passivo		Resultado financeiro	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021
CEMIG Geração e Transmissão S.A.				
TARD ⁽⁵⁾	755.936	737.976	(17.960)	(2.958)
Adiantamento para futuro aumento de capital ⁽⁷⁾	5.000	5.000	-	-
Outras operações com partes relacionadas ⁽⁷⁾	52.131	49.860	(2.446)	(1.447)
Total	813.067	792.836	(20.406)	(4.405)
TARD ⁽⁶⁾				
Ricardo Lopes Delneri	-	-	-	(731)
Renato do Amaral Figueiredo	-	-	-	(409)
	813.067	792.836	(20.406)	(5.545)
Apresentados como:				
<u>Circulante</u>				
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	52.131	49.860		
<u>Não circulante</u>				
Passivo				
Partes relacionadas (Nota 25)	760.936	742.976		
Total	813.067	792.836		

25.3. Movimentação

	Consolidado	Controladora	
	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.027.772	202.538	1.370.970
Adição	(55)	14.323	(35)
Amortização	-	(27.632)	(142)
Encargos financeiros provisionados	5.545	-	5.545
Capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital e rateio de despesas	-	(152.190)	-
Transferência do adiantamento para futuro aumento de capital para o investimento	-	(10.000)	-
Transferência para ativos mantidos para venda	-	(52)	-
Saldos em 31 de março de 2021	1.033.262	26.987	1.376.338
Saldos em 31 de dezembro de 2021	792.836	177.684	815.873
Adição	(175)	10.067	(182)
Amortização	-	(611)	-
Encargos financeiros provisionados	20.406	254	20.441
Transferência para ativos mantidos para venda (nota 28.2)	-	(235)	-
Saldos em 31 de março de 2022	813.067	187.159	836.132

25.4. Resumo das operações

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (1) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela TR.
- (2) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- (3) O saldo mantido como adiantamento para futuro aumento de capital recebida da controladora CEMIG GT.
- (4) Operação de compra e venda de energia, no âmbito do contrato Light I, com fornecimento de energia para a CEMIG GT até agosto de 2035. Conforme proposto pela CEMIG GT e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, as obrigações previstas nesse contrato estão suspensas até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para junho de 2022.
- (5) TARDs CEMIG – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados entre a CEMIG GT e a Companhia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre outubro de 2016 e abril de 2019.
- (6) TARDs Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo – Termos de acordo e reconhecimento de dívida firmados originalmente entre a LIGHTCOM e a Renova Energia, referentes aos adiantamentos recebidos pela controlada Renova Comercializadora, no âmbito dos contratos de Compra e Venda de Energia cancelados ou suspensos entre março e outubro de 2019. Em 06 de maio de 2021 a totalidade dos créditos detidos por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo, bem como o valor cedido a terceiros foram capitalizadas.

Conforme plano de recuperação judicial, os créditos detidos por credores partes relacionadas poderão ser quitados da seguinte forma:

- a. Durante os primeiros 24 meses contados da data de homologação, e desde que observada a Cláusula 6.1.2 do plano de recuperação de judicial, poderão converter, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, parte ou a integralidade de seus créditos concursais ou créditos extraconcursais em capital social da Companhia. O preço de emissão das ações que resultarem da conversão dos créditos em capital social será equivalente ao preço médio de fechamento das ações da Companhia na B3 apurado nos 30 dias anteriores à data do pedido de recuperação judicial.

Os créditos serão corrigidos a 100% da variação do CDI, a partir da data de homologação até a data da sua conversão em ações.

- b. Decorrido o prazo de 24 meses contados da data de homologação, os créditos não poderão mais ser convertidos em capital da Companhia. Eventuais saldos de créditos concursais serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Renova Energia e não conversíveis em capital social.

Essas Debêntures terão vencimento em 60 dias contados da data de quitação integral dos Credores Concursais e Extraconcursais e, em nenhuma hipótese serão total ou parcialmente amortizadas ou serão objeto de compensação antes da quitação integral dos demais credores concursais. Serão remuneradas a 100% do CDI, desde a data de homologação.

A CEMIG, em razão das garantias fiduciárias que detém, terá direito à amortização parcial antecipada dessas debêntures fazendo jus ao recebimento de valor equivalente a 10% (dez por cento) dos recursos líquidos obtidos com a alienação das UPIs Projetos em Desenvolvimento. E ainda, poderá optar por não receber debêntures e, nesse caso, se realizará aditamento aos seus atuais instrumentos de dívida.

Garantias às antecipações e aos TARDs

O saldo devedor dos TARDs CEMIG são garantidos da seguinte forma:

- (i) alienação fiduciária sobre a integralidade das ações da Bahia Holding e sobre 49,9% das ações da Ventos de São Cristóvão;
- (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios da Companhia ao sobejo obtido com a alienação da UPI Fase A composta por 100% das ações/quotas de emissão das empresas que compõem o Alto Sertão III – Fase A.

(7) Outras operações com partes relacionadas:

a. Empréstimos tipo DIP

Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	
Valor	10.000	6.500	20.000	36.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	
Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	
Saldo em 31 de março de 2022	14.337	9.287	28.507	52.131

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 25 de outubro de 2019 a acionista Cemig GT aportou R\$5.000 como adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia.

Conforme previsto no plano de recuperação judicial esses valores serão quitados com recursos provenientes da venda da UPI Mina de Ouro. Em 15 de setembro de 2021 a Companhia comunicou ao mercado que devido à falta de interessados, nas ações representativas do capital da SF 120 Participações Societárias S.A., não ocorreu o Leilão por Proposta Fechada da UPI Mina de Ouro.

c. Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 14.2.2 tanto a Companhia quanto a sua controlada Renova Comercializadora emitiu instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Fase B e pela Companhia.

25.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 31 de março de 2022 e de 2021, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$2.265 e R\$2.361, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2022					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,33	5,33	3,00	5,00	13,33
Remuneração fixa acumulada	497	687	1.184	84	124	1.392
Salário ou pró-labore	459	601	1.060	84	124	1.268
Benefícios diretos e indiretos	38	86	124	-	-	124
Remuneração variável acumulada	349	412	761	-	-	761
Bônus	73	-	73	-	-	73
Provisão Programa de participação no resultado	276	229	505	-	-	505
Gratificações variáveis	-	183	183	-	-	183
Benefícios motivados pela cessação do cargo	87	25	112	-	-	112
Valor total da remuneração por órgão	933	1.124	2.057	84	124	2.265

	31/03/2021					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00	3,00	4,00	12,00
Remuneração fixa acumulada	516	569	1.085	84	126	1.295
Salário ou pró-labore	475	494	969	84	126	1.179
Benefícios diretos e indiretos	41	75	116	-	-	116
Remuneração variável acumulada	474	425	899	-	-	899
Bônus	69	42	111	-	-	111
Provisão Programa de participação no resultado	405	383	788	-	-	788
Benefícios motivados pela cessação do cargo	92	75	167	-	-	167
Valor total da remuneração por órgão	1.082	1.069	2.151	84	126	2.361

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	31/03/2022				31/03/2021			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2,00	3,33	3,00	5,00	2,00	3,00	3,00	4,00
Valor da maior remuneração individual	626	407	36	25	739	557	36	25
Valor da menor remuneração individual	306	266	24	25	343	192	24	25
Valor médio de remuneração individual	466	337	28	25	541	357	28	25

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante de até R\$6.473 para a remuneração global dos administradores referente ao período de maio de 2022 a abril de 2023.

No desligamento dos membros da diretoria, além dos benefícios definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, a Companhia poderá efetuar o pagamento de bônus ou gratificação pela cessação do exercício do cargo, conforme o caso.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.



	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	189.419	354.110	189.419	354.110
Aplicações financeiras	5.175	5.278	5.175	5.278
Contas a receber de clientes	13.118	6.231	13.118	6.231
Cauções e depósitos vinculados	6.764	-	6.764	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	259	254	259	254
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	90.131	115.880	90.131	115.880
Empréstimos e financiamentos	263.979	252.508	263.979	252.508
Partes relacionadas	52.131	49.860	52.131	49.860
Não circulante				
Fornecedores	194.438	199.276	194.438	199.276
Empréstimos e financiamentos	967.515	944.957	967.515	944.957
Partes relacionadas	760.936	742.976	760.936	742.976

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.717	234.209	3.717	234.209
Partes relacionadas	30.736	21.455	30.736	21.455
Debêntures privadas	167.866	-	167.866	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	259	254	259	254
Partes relacionadas	156.423	156.229	156.423	156.229
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	7.130	33.057	7.130	33.057
Empréstimos e financiamentos	263.774	252.303	263.774	252.303
Partes relacionadas	52.131	49.860	52.131	49.860
Não circulante				
Fornecedores	26.103	31.404	26.103	31.404
Empréstimos e financiamentos	2.589	2.583	2.589	2.583
Debêntures privadas	60.122	59.950	60.122	59.950
Partes relacionadas	784.001	766.013	784.001	766.013

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	189.419	-	354.110	-
Aplicações financeiras	5.175	-	5.278	-
Contas a receber de clientes	-	13.118	-	6.231
Cauções e depósitos vinculados	6.764	-	-	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	259	-	254	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	90.131	-	115.880
Empréstimos e financiamentos	-	263.979	-	252.508
Partes relacionadas	-	52.131	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	-	194.438	-	199.276
Empréstimos e financiamentos	-	967.515	-	944.957
Partes relacionadas	-	760.936	-	742.976
	Controladora			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.717	-	234.209	-
Partes relacionadas	-	30.736	-	21.455
Debêntures privadas	-	167.866	-	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	259	-	254	-
Partes relacionadas	-	156.423	-	156.229
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	7.130	-	33.057
Empréstimos e financiamentos	-	263.774	-	252.303
Partes relacionadas	-	52.131	-	49.860
Não circulante				
Fornecedores	-	26.103	-	31.404
Empréstimos e financiamentos	-	2.589	-	2.589
Debêntures privadas	-	60.122	-	59.950
Partes relacionadas	-	784.001	-	766.013

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 31/03/2022	Valor justo em 31 de março de 2022		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	224.913	224.913	-	-

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Valor justo em 31 de dezembro de 2021		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	392.147	392.147	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de março de 2022 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 31 de março de 2022 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 14, possuem como contrapartes o BNDES, Bradesco, Citibank, BTG, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2022, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
Baixa do CDI	Taxa efetiva em 31 de março de 2022	11,64%	11,64%	11,64%
	Aplicações financeiras:	224.913	224.913	224.913
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	9,00%	6,75%	4,50%
	Perda anual nas aplicações financeiras	(6.043)	(11.194)	(16.344)
Alta do CDI	Empréstimos:	1.219.636	1.219.636	1.219.636
	Partes relacionadas:	808.067	808.067	808.067
	Taxa anual estimada do CDI para 2023	9,00%	11,25%	13,50%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	-	(39.956)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 9,00%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (6,75% a.a.) e 50% (4,50% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e operações com partes

relacionadas que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (11,25% a.a.) e 50% (13,50% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 14.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os planos de recuperação judicial da Companhia e determinadas controladas permitiu alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na Nota 1.3. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

f.1) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado				Total
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	
Classe I	1.743	-	-	-	1.743
Classe II	-	200	238.918	716.745	955.863
Classe III	-	200	100.624	402.508	503.332
Classe IV	673	-	-	-	673
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	263.773	-	-	-	263.773
Partes relacionadas	-	-	813.067	-	813.067
Total	266.189	400	1.152.609	1.119.253	2.538.451

g) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	<u>Nota</u>	<u>Valor contábil Consolidado</u>	
		<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	8	13.118	6.231

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de março de 2022 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

h) Gestão de capital

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(2.044.561)	(1.990.301)
Patrimônio líquido negativo	(721.426)	(655.320)
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	194.853	359.642
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(2.571.134)</u>	<u>(2.285.979)</u>

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

i) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo as da Espra, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. As três PCHs da controlada indireta, Espra, optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

27. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do período atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	31/03/2022	31/03/2021
Prejuízo do período	(66.106)	(30.023)
<u>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	109.480	41.720
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,60)</u>	<u>(0,72)</u>
<u>Lucro (prejuízo) diluído por ação:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	109.480	41.720
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	<u>(0,60)</u>	<u>(0,72)</u>

28. Ativos classificados como mantidos para venda

Conforme mencionado na Nota 1.3, os planos de recuperação judicial preveem a alienação da UPI Mina de Ouro e UPI Enerbras. Assim, em 31 de março de 2022, os ativos e passivos relacionados a essas UPs e a outros projetos em desenvolvimento foram classificados como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

28.1 Controladora**Ativos classificados como mantidos para venda****31/03/2022**

Enerbras Centrais Elétricas S.A.	134.214
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.251
Projetos eólicos em desenvolvimento	43.093
Total	190.558

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda**31/03/2022**

Arrendamentos a pagar	12.567
-----------------------	--------

28.2 Consolidado**Balanco patrimonial em 31 de março de 2022**

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
ATIVOS				
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	41.519	41.519
Aplicações financeiras	-	-	1.100	1.100
Contas a receber de clientes	-	-	4.684	4.684
Tributos a recuperar	-	-	9	9
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.230	1.230
Despesas antecipadas	-	-	128	128
Total dos ativos circulantes	-	-	48.670	48.670
NÃO CIRCULANTES				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	12.615	12.615
Depósitos judiciais	-	-	483	483
Tributos diferidos	-	-	1.864	1.864
Partes relacionadas	-	-	38.565	38.565
Imobilizado	16.201	116.303	149.587	282.091
Total dos ativos não circulantes	16.201	116.303	203.114	335.618
TOTAL DOS ATIVOS	16.201	116.303	251.784	384.288

	SF 120 - Mina de Ouro	Projetos em desenvolvimento	Enerbras	Total
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Fornecedores	-	-	1.549	1.549
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.941	11.941
Tributos a recolher	-	-	520	520
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	12.203	12.203
Dividendos a pagar	-	-	27.139	27.139
Partes relacionadas	807	-	1.146	1.953
Outras contas a pagar	-	-	1.331	1.331
Arrendamentos a pagar	23	4.469	399	4.891
Total dos passivos circulantes	830	4.469	56.228	61.527
NÃO CIRCULANTES				
Empréstimos e financiamentos	-	-	38.767	38.767
Contas a pagar - Eletrobras	-	-	11.741	11.741
Arrendamentos a pagar	788	7.952	10.438	19.178
Outras contas a pagar	-	-	397	397
Total dos passivos não circulantes	788	7.952	61.343	70.083
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	12.938	-	101.955	114.893
Recursos para futuro aumento de capital	23	-	-	23
Reservas de capital	-	-	4.237	4.237
Reserva de lucros	-	-	28.021	28.021
Lucro (prejuízo) acumulado	(517)	-	-	(517)
Total do patrimônio líquido	12.444	-	134.213	146.657
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.062	12.421	251.784	278.267

(*) O saldo dos passivos diretamente associados a ativos mantidos para a venda difere do total dos passivos apresentados no balanço patrimonial acima devido as eliminações das transações com partes relacionadas entre as controladas classificadas como mantidas para venda e a Companhia, no valor total de R\$28.285.

Demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2022:

Demonstração do resultado dos ativos classificados como mantidos para venda

	Enerbras	SF120	Total
Receita	12.633	-	12.633
Custos e despesas	(5.200)	(124)	(5.324)
Lucro antes dos impostos	7.433	(124)	7.309
Resultado financeiro	(260)	-	(260)
Imposto de renda e contribuição social	(778)	-	(778)
Lucro líquido (prejuízo) do período	6.395	(124)	6.271

Fluxo de caixa dos ativos classificados como mantidos para venda

Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	5.552	(124)	5.428
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	703	(115)	588
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	(2.348)	239	(2.109)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.907	-	3.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	37.612	-	37.612
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	41.519	-	41.519
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.907	-	3.907

29. Cobertura de Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 31 de março de 2022 é como segue:

Risco de operação

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Riscos operacionais	R\$ 74.116	25/10/2016	25/10/2022
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2016	25/10/2022

Risco de construção

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2014)	R\$ 5.334	04/03/2015	30/06/2022
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 19.050	15/03/2018	13/05/2022
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 34.460	28/04/2014	31/01/2023
Garantia executante construtor (LIGHT II)	R\$ 40.560	19/09/2014	31/01/2023
Garantia executante construtor (Mercado livre II)	R\$ 20.520	07/03/2013	31/01/2023
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	23/04/2022
Risco de engenharia	R\$ 2.523.189	14/11/2014	23/10/2022

Risco de administração e portfólio			
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	R\$ 50.000	31/01/2018	31/01/2023
Seguro empresarial dos escritórios	R\$ 3.850	07/11/2018	07/11/2022
Seguro de riscos diversos - equipamentos	R\$ 915	07/11/2019	07/11/2022
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	R\$ 5.000	29/03/2021	29/10/2022

30. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Ajuste de avaliação patrimonial		-	10.290	-	10.290
Aumento de capital em controladas com rateio de despesas	10.3.2	-	-	-	24.440
Aumento de capital em controladas com capitalização de créditos de adiantamento para futuro aumento de capital	10.3.2	-	-	-	127.750
Direito de uso – arrendamento	11	2.428	1.300	2.099	346
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	11	3.882	796	131	155
Efeito da conciliação imobilizado - fornecedor	11	(196)	(273)	(46)	(23)

31. Eventos subsequentes

31.1 Retorno operação Comercial PCH Colino I

Em 04 de maio de 2022 a ANEEL, por meio da sua Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração, publicou o Despacho nº 1170, de 02 de maio de 2022, restaurando a operação comercial das unidades geradoras 1 e 2 da PCH Colino 1, da controlada indireta ESPRA a partir daquela.

31.2 Mudança da composição do controle da Companhia

31.2.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Companhia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Companhia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos

conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Companhia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia.

31.2.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Companhia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Companhia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
Bloco de Controle	26.356.007	47,47%	-	0,00%	26.356.007	24,07%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
Outros Acionistas	29.165.861	52,53%	53.958.180	100,00%	83.124.041	75,93%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
Total	55.521.868	100,00%	53.958.180	100,75%	109.480.048	100,37%

¹Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice-Presidente Jurídico, Regulação e de
Relações Institucionais

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Renova Energia S.A. – em recuperação judicial
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial intermediário individual e consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Plano de Recuperação Judicial (PRJ)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.3, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, nessa mesma data. Adicionalmente, em 18 de dezembro de 2020, a Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial e determinadas controladas protocolaram os novos planos de recuperação judicial, os quais foram aprovados Assembleia Geral de Credores e homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial nessa mesma data, com decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA) individual e consolidada – informação suplementar

As informações contábeis intermediárias do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas informações intermediárias do valor adicional, individual e consolidado, não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de maneira consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Salvador, 12 de maio de 2022.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 – S – BA

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 12 de maio de 2022.

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras contidas neste Relatório e com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes - BDO RCS Auditores Independente.

São Paulo, 12 de maio de 2022.

Marcelo José Milliet
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor Vice Presidente Jurídico, Regulação e de Relações Institucionais